

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.: (251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA

Vigésima Sessão Ordinária

27 – 28 de Janeiro de 2013

Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/3(XX)

Original: Inglês/Francês

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS
SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM
ÁFRICA

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS
ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

INTRODUÇÃO

1. O Relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) sobre as suas Actividades e a Situação de Paz e Segurança em África é submetido em conformidade com o Artigo 7(q) do Protocolo Relativo à Criação do CPS da União Africana (UA). O presente Relatório, preparado em conformidade com o dito Artigo, cobre as actividades realizadas pelo CPS no âmbito do seu mandato, e fornece um panorama sobre a situação de paz e segurança no continente durante o período de Julho de 2012 a Janeiro de 2013.

II. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS

2. Desde a sua entrada em vigor, em Dezembro de 2003, cinquenta -um (51) Estados-Membros assinaram o Protocolo do CPS, enquanto quarenta e sete (47) assinaram e ratificaram-no. Os Estados-Membros seguintes assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: República Centro-Africana (CAR), República Democrática do Congo (RDC), Libéria, Seychelles e Somália. Dois Estados-Membros deverão ainda assinar e ratificar o Protocolo, nomeadamente Cabo Verde e Sudão do Sul.

III. MEMBROS DO CPS E ROTATIVIDADE DA PRESIDÊNCIA

3. Tal como estipulado no Artigo 5 (1) do Protocolo, o CPS é composto de quinze (15) membros com os mesmos direitos, que são eleitos tal como segue: 10 membros eleitos para um mandato de dois (2) anos e cinco (5), para um mandato de três (3) anos. A lista actual dos membros do CPS em ordem alfabética em Inglês é a seguinte: Angola, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Gâmbia, Guiné, Quênia, Lesoto, Líbia, Nigéria, Tanzânia e Zimbabuê. Nomeadamente, dada a expiração do mandato de cinco membros do CPS para um mandato de três (3) anos em Janeiro de 2013, o Conselho Executivo, durante a sua 22ª sessão ordinária que será realizada em Adis Abeba, de 24 a 25 de Janeiro de 2013, conduzirá eleições para cinco lugares do CPS.

4. Em conformidade com o Artigo 23 do Regulamento Interno do CPS, a rotatividade dos membros da presidência do CPS varia numa base mensal segundo a ordem alfabética da lista dos membros do CPS. Durante o período em análise, a rotatividade da presidência do CPS foi a seguinte:

- | | |
|----------------------|---------------------|
| - Côte d'Ivoire | Julho de 2012; |
| - Djibuti | Agosto de 2012; |
| - Egipto | Setembro de 2012; |
| - Guiné-Equatorial | Outubro de 2012; |
| - Gâmbia | Novembro de 2012; |
| - Republica da Guiné | Dezembro de 2012; e |
| - Quênia | Janeiro de 2013. |

IV. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

5. Durante o período em análise, no cumprimento do seu mandato, o CPS consagrou esforços contínuos para abordar as situações de crise e conflito no continente, em estreita cooperação com todos os outros parceiros, incluindo outros Órgãos da UA e as Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, (REC/MR), bem como as Nações Unidas, União Europeia (UE), Liga dos Estados Árabes (LEA) e outros parceiros da UA. A este respeito, o CPS realizou vinte-seis (26) reuniões, incluindo uma a nível ministerial, em Adis Abeba, a 24 de Outubro de 2012, para analisar a situação no Mali, bem como a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul.

6. Durante o período em análise, o CPS realizou sessões de informação sobre varias situações de paz e segurança e outras questões relacionadas. Os países e outros parceiros envolvidos em situações e questões debatidas foram convidados, em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS e em conformidade com a prática estabelecida no CPS.

(a) Actividades relacionadas com situações de crise e conflitos e outras questões relacionadas

7. Durante o período em análise, o CPS analisou as situações de crise e conflitos seguintes: CAR, Darfur (Sudão), RDC, Guiné-Bissau, Mali, Somália, e a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul. O CPS analisou também as questões seguintes: reforço de capacidades para uma resposta efectiva à assistência humanitária e calamidades em África; actividades e desafios do Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC) relacionados com paz e segurança em África na perspectiva de distribuição de assistência humanitária em situações de crise e conflitos; terrorismo e extremismo violento em África; paz, segurança e desenvolvimento; justiça internacional; esforços de desenvolvimento e reconstrução pós-conflito (PCRD) em África. O CPS realizou igualmente uma consulta sobre paz, segurança e governação- com o Departamento dos Assuntos Políticos da Comissão da UA e outros parceiros em Banjul, na Gâmbia, de 8 a 10 de Setembro de 2012. Além disso, o CPS convocou um Retiro para analisar os seus métodos de trabalho em Yaoundé, nos Camarões, de 15 a 16 de Novembro de 2012.

(i) República Centro-Africana

8. Durante o período em análise, o CPS, realizou duas reuniões sobre a situação na CAR: 345ª reunião, decorrida em 6 de Dezembro de 2012; e 350ª reunião, decorrida em 14 de Janeiro de 2013.

9. Na sua 345ª reunião o CPS:

- Felicitou as iniciativas tomadas para promover o diálogo entre todos os parceiros políticos e sociais, os esforços envidados para melhorar a segurança e implementar os diferentes Acordos concluídos com os grupos políticos e militares activos no terreno, incluindo o Desarmamento,

Desmobilização, Reinserção (DDR), e as medidas tomadas para facilitar a reactivação da economia nacional e o combate contra a pobreza;

- Exortou os Estados-Membros para contribuírem activamente para a reconstrução pós-conflito e o processo de desenvolvimento na RCA; e
- Solicitou a Comissão para iniciar as consultas necessárias com a RCA, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), a UE, as Nações Unidas e os parceiros bilaterais envolvidos, com vista a submeter num período de três meses, recomendações sobre as modalidades para um apoio apropriado às autoridades da RCA no domínio de segurança.

10. Na sua 350ª reunião o CPS:

- Felicitou o acordo político que pôs um fim à crise na RCA, o cessar-fogo e a Declaração de Princípios assinados em Libreville, a 11 de Janeiro de 2013, pelo Governo da RCA, a oposição democrática, os movimentos político-militares e o grupo Seleka, para por fim à grave crise política e de segurança que afecta a RCA desde Dezembro de 2012;
- Felicitou todas as partes da RCA pelo seu sentido de compromisso, e salientou a necessidade de implementarem escrupulosamente e de boa-fé os compromissos aos quais se subscreveram;
- Exortou todos os Estados-Membros e parceiros internacionais para dar apoio total à implementação do acordo político e ao cessar-fogo; e
- Solicitou à Presidente da Comissão para submeter, o mais breve possível, um relatório geral sobre a situação na RCA e o papel da UA na implementação e seguimento dos acordos alcançados pelas partes da RCA.

(ii) Darfur

11. Durante o período em análise, o CPS, consagrou duas (2) reuniões sobre a situação em Darfur: 328ª reunião, decorrida em 24 de Julho de 2012, e a 319ª reunião, realizada em 24 de Abril de 2012.

12. Na sua 328ª reunião o CPS:

- Felicitou as partes signatárias do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD) de Julho de 2011, nomeadamente o Governo do Sudão e o Movimento de Justiça e Libertação (LJM), pelas medidas tomadas para a implementação do DDPD, embora, notando que muitas disposições do DDPD ainda não foram implementadas;
- Encorajou as Partes do DDPD para não pouparem esforços no aceleramento da implementação do Acordo;
- Manifestou grande preocupação em relação à recusa contínua dos grupos excluídos se envolverem no processo de paz;

- Notou com satisfação o aumento significativo no número de retornos voluntários e espontâneos em todo o Darfur nos últimos meses;
- Notou com preocupação as restrições sobre os movimentos da UNAMID;
- Reafirmou a importância contínua das recomendações do relatório do Painel de alto Nível da UA sobre Darfur (AUPD); e
- Decidiu alargar, para um período de 12 meses, o mandato da UNAMID.

13. Na sua 348ª reunião o CPS:

- Expressou a sua grande preocupação em relação a deterioração da situação de segurança em algumas partes de Darfur;
- Condenou firmemente os ataques contínuos por assaltantes armados não identificados contra a UNAMID, bem como a tomada de reféns visando a Missão, e exortou o GoS para por fim a impunidade para tais crimes e não poupar esforços em ajudar a identificar e trazer à justiça os seus perpetradores;
- Felicitou a UNAMID pelos seus esforços na protecção de civis bem como na facilitação das operações humanitárias;
- Expressou grande preocupação em relação às restrições constantes de circulação impostas à UNAMID, que afectam a sua capacidade para implementar efectivamente o seu mandato;
- Felicitou as partes signatárias do DDPD pelo seu compromisso contínuo na implementação do DDPD; e
- Expressou grande preocupação em relação ao enorme atraso de emissão de vistos para o pessoal da UNAMID, e apelou o Governo para esclarecer todos os casos pendentes como uma questão de urgência.

(iii) República Democrática do Congo

14. Durante o período em análise, o CPS, realizou quatro reuniões para analisar a situação na RDC: 335ª reunião, decorrida a 19 de Setembro de 2012; 340ª reunião decorrida a 2 de Novembro de 2012; 343ª reunião decorrida a 26 de Novembro de 2012; e 346ª reunião decorrida a 10 de Dezembro de 2012.

15. Na sua 335ª reunião, o CPS:

- Felicitou os esforços dos Estados-Membros e do Secretariado Executivo da Conferencia Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), com vista a encontrar uma solução duradoira no leste da RDC;

- Manifestou o seu total apoio a todas as medidas estipuladas na Declaração adoptada pela 3ª Cimeira Extraordinária da ICGLR, decorrida em Kampala, a 8 de Setembro de 2012;
 - Salientou a importância da operacionalização efectiva do Mecanismo Conjunto de Fiscalização (JVM), bem como a criação e desdobramento da prevista Força Neutral Internacional (NIF); e
 - Solicitou às Nações Unidas para fornecer o apoio necessário aos esforços dos países da região, particularmente em relação à operacionalização da NIF e ao alargamento do JVM (EJVM).
16. Na sua 340ª reunião, o CPS:
- Felicitou a nomeação, pelo Presidente da Comissão, em 1 de Novembro de 2012, do Embaixador Boubacar Gaoussou Diarra como Representante Especial da UA para a Região dos Grandes Lagos; e
 - Salientou a necessidade de mobilização adequada de todo o continente e da comunidade internacional, em particular as Nações Unidas, para assistir na abordagem da situação nos Grandes Lagos, que ameaça a paz e segurança internacionais. O CPS reiterou o seu apelo à NU e outros parceiros internacionais para dar o apoio necessário aos esforços da ICGLR.
17. Na sua 343ª reunião, o CPS:
- Reiterou o seu apoio aos esforços envidados pelo Presidente Yoweri K. Museveni do Uganda, actual Presidente da ICGLR, e os países da região para encontrarem uma solução duradoura e sustentável para a crise no leste da RDC. A este respeito, o CPS endossou a Declaração adoptada pela Cimeira de ICGLR de 24 de Novembro de 2012;
 - Solicitou a implementação imediata e escrupulosa da Declaração. A este respeito, o CPS pediu para que o M23 tomasse todas as medidas necessárias, manifestando satisfação em relação ao compromisso do Governo da RDC em ouvir, avaliar e abordar quaisquer preocupações legítimas do M23, e solicitou que este processo seja iniciado sem mais atrasos e em boa-fé;
 - Expressou a sua intenção em analisar o projecto de Conceito de Operações (CONOPS) para o desdobramento da NIF, logo que for submetido pela ICGLR; e
 - Felicitou a adopção do Conselho de segurança da NU, em 20 de Novembro de 2012, da resolução 2076 (2012), e apoiou integralmente a sua implementação.

18. Na sua 346ª reunião, o CPS:

- Notou com satisfação o progresso feito na implementação da Declaração da ICGLR de 24 de Novembro de 2012;
- Felicitou a decisão do Governo da RDC em contribuir com um montante de EUA 20 milhões para facilitar a operacionalização atempada da NIF;
- Notou as decisões da Cimeira Extraordinária da SADC dos Chefes de Estado e Governo, decorrida em Dar-es-Salam, a 8 de Dezembro de 2012, em particular o desdobramento da Brigada de Intervenção da SADC na parte oriental da RDC no quadro da NIF;
- Solicitou a Comissão para tomar as medidas necessárias com vista a facilitar a realização, de consultas sob os auspícios da UA, envolvendo parceiros relevantes, a fim de facilitar a mobilização do apoio requerido para o estabelecimento e desdobramento da NIF e a operacionalização total do EJVM; e
- Manifestou a sua prontidão para analisar, o mais depressa possível, o CONOPS elaborado, no quadro da ICGLR e, para esse fim, solicitou à Comissão para submeter-lhe um relatório contendo as suas recomendações sobre a via a seguir.

(iv) Guiné-Bissau

19. Durante o período em análise, o CPS, consagrou duas reuniões sobre a situação na Guiné-Bissau: 340ª reunião, realizada em 2 de Novembro de 2012; e 351ª reunião, realizada a 16 de Janeiro de 2013.

20. Na sua 340ª reunião, o CPS:

- Manifestou o seu profundo apreço e firme apoio, aos esforços da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e os dirigentes da região para uma resolução rápida da crise e a estabilização da Guiné-Bissau;
- Manifestou a sua preocupação em relação ao aumento de tensão causada pelo ataque em Bissau, em 21 de Outubro de 2012, contra a base aérea de Bissalanca;
- Felicitou a reunião entre os parceiros guineenses, em Nova-Iorque, em 29 de Setembro de 2012, facilitada pela UA; e
- Encorajou a Comissão a prosseguir a sua acção para apoiar a região, e endossou o envio de uma missão conjunta da UA, CEDEAO, NU, UE e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a Bissau.

21. Na sua 351ª reunião, o CPS:

- Manifestou o seu apreço pelos esforços contínuos da CEDEAO e os dirigentes da região, com vista a acelerar a resolução da crise na Guiné-Bissau;
- Felicitou o progresso feito pelas partes e saudou a pro-actividade de um número de parceiros locais, a fim de promover consenso sobre questões chave;
- Enfatizou a importância da comunidade internacional para reforçar a comunhão de objectivos que a situação requer;
- Felicitou a realização sucedida, de 16 a 21 de Dezembro de 2012, sob os auspícios da liderança da Comissão da UA, de uma missão de avaliação conjunta da CEDEAO/UA/CPLP/UA/NU à Guiné-Bissau e decidiu reunir de novo em Fevereiro de 2013, para analisar o relatório da missão; e
- Tomou nota do pedido da CEDEAO para o levantamento da suspensão da Guiné-Bissau da participação nas actividades da UA, e acordou analisar o pedido à luz dos progressos que deverão ser alcançados no país.

(v) Mali

22. Durante o período em análise, o CPS consagrou cinco reuniões à situação no Mali: a 332^a reunião, decorrida a 4 de Setembro de 2012; a 339^a reunião, realizada a 24 de Outubro de 2012, a nível ministerial; a 341^a reunião, decorrida a 13 de Novembro de 2012; a 348^a reunião, decorrida a 13 de Dezembro de 2012; e 350^a reunião, decorrida a 14 de Janeiro de 2013.

23. Na sua 332^a reunião, o CPS:

- Felicitou o regresso a Bamaco do Presidente, Dioncounda Traoré, e a sua mensagem à nação proferida em 29 de Julho de 2012;
- Felicitou ainda a formação, em 20 de Agosto de 2012, do Governo de Unidade Nacional, e salientou a necessidade deste Governo não poupar esforços para ultrapassar os desafios de restauração de autoridade do Estado no norte do país e a organização de eleições livres, transparentes e credíveis;
- Exortou os parceiros Malianos para cooperarem e prestarem total apoio ao Presidente Traoré, e reafirmou a sua determinação em impor sanções contra qualquer indivíduo ou entidade dificultando a acção do Presidente Interino e a condução da Transição;
- Condenou os abusos e violações dos direitos humanos cometidos no Mali e alertou os perpetradores que eles serão responsabilizados pelos seus actos;
- Condenou firmemente o anúncio pelo Movimento do grupo terrorista para a Unidade e o Jihad na África Ocidental (MUJAO) do assassinato de um

diplomata argelino que foi feito refém, exigindo a libertação imediata e incondicional dos restantes reféns Argelinos; e

- Solicitou à Comissão, em estreita colaboração com a CEDEAO, para acelerar a finalização do Conceito Estratégico que guiaria os esforços da UA no Mali.

24. Na sua 339ª reunião, o CPS:

- Felicitou a adopção pelo Conselho de Segurança, em 12 de Outubro de 2012, da resolução 2071 (2012), bem como o apoio prestado aos esforços da região e África como um todo, com vista a encontrar uma solução imediata para a crise no Mali;
- Felicitou as autoridades e outros actores políticos no Mali pelo progresso significativo feito na resolução da crise institucional causada pelo golpe de estado de 22 de Março de 2012, incluindo a formação do Governo de Unidade Nacional em 20 de Agosto de 2012. Neste contexto, o CPS decidiu levantar a suspensão da participação do Mali nas actividades da UA;
- Felicitou as Conclusões da reunião do Grupo de Apoio e Seguimento decorrida em Bamaco, em 19 de Outubro de 2012, a qual felicitou o Conceito Estratégico pela Resolução da Crise no Mali elaborado pela Comissão em colaboração com as autoridades Malianas e parceiros internacionais;
- Decidiu adoptar o Conceito Estratégico, que constitui uma medida importante para uma melhor coordenação entre os parceiros malianos e os actores internacionais e uma abordagem holística para a crise no Mali;
- Solicitou às autoridades Malianas para entre outras coisas, aumentar a coerência entre as instituições de transição e elaborar um roteiro detalhado sobre a implementação das duas principais tarefas de transição;
- Felicitou a conferência de planeamento prevista para Bamaco de 30 de Outubro a 4 de Novembro de 2012, para harmonizar abordagens e finalizar o CONOPS para o previsto desdobramento no Mali;
- Salientou que o CONOPS deveria tomar em conta as contribuições que podiam ser feitas por outros países africanos, incluindo os vizinhos do Mali, em termos de serviço de inteligência, logística e tropas, com vista ao reforço da capacidade operacional das Forças de Defesa e Segurança Malianas;
- exortou o Conselho de Segurança para adoptar, na devida altura, uma resolução autorizando o desdobramento da prevista força internacional conduzida por africanos, em conformidade com o pedido das autoridades malianas;
- exortou os Estados-Membros da UA e a comunidade internacional como um todo, incluindo organizações regionais e internacionais, para disponibilizar às forças de defesa e segurança malianas o apoio financeiro, logístico e o reforço de capacidades requeridos;

- Felicitou a decisão atempada do Presidente da Comissão em nomear um Alto Representante para o Mali e o Sahel; e
- Sublinhou a necessidade urgente de todos os actores internacionais coordenarem estreitamente os seus esforços para abordar os desafios multifacetados com os quais se confronta a região do Sahel-Saariana.

25. Na sua 341ª reunião, o CPS:

- Felicitou o comunicado final adoptado pela Cimeira da CEDEAO decorrida em Abuja, a 11 de Novembro de 2012, a qual adoptou o CONOPS harmonizado para a Missão de Ajuda Internacional conduzida por africanos no Mali (AFISMA);
- Tomou nota da transmissão de uma carta datada de 25 de Outubro de 2012, endereçada pelo Presidente da Comissão ao Secretário-geral da NU, sobre o Conceito Estratégico para a Resolução da Crise no Mali;
- Decidiu endossar o CONOPS harmonizado para o previsto desdobramento da AFISMA, em resposta ao pedido das autoridades Malianas para recuperar as regiões ocupadas no norte do país, dismantelar as redes terroristas e criminais e restaurar efectivamente a autoridade do Estado em todo o território nacional;
- Solicitou o Presidente da Comissão para transmitir imediatamente o CONOPS harmonizado ao Secretário-geral da NU;
- Exortou o Conselho de Segurança da NU para dar o seu total apoio ao Conceito Estratégico e o CONOPS harmonizado, e autorizar, para um período inicial de um ano, o desdobramento previsto da AFISMA, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas;
- Exortou o Conselho de Segurança para autorizar a criação de um pacote de ajuda financiado pelas contribuições avaliadas das Nações Unidas, com vista a facilitar as operações e o desdobramento rápido da AFISMA;
- Solicitou o Presidente da Comissão para iniciar consultas imediatamente com a CEDEAO sobre o comando e o controlo da AFISMA;
- Solicitou o Presidente da Comissão, em consulta com a CEDEAO, para tomar as medidas necessárias com vista à geração de forças para a AFISMA, bem como contribuir activamente para a mobilização de apoio adequado para as Forças de Defesa e Segurança Malianas, especialmente através da organização rápida da conferência de doadores;
- Reiterou o seu apelo à comunidade internacional, incluindo as organizações regionais e internacionais, para dar o apoio necessário as Forças de Defesa e Segurança Malianas, e exortou ao Conselho de Segurança da NU para criar um Fundo Fiduciário para esse efeito; e

- Exortou todos os Estados Africanos, incluindo os países da região, os países centrais e outros vizinhos directos do Mali, para contribuírem para o sucesso da prevista operação, particularmente através de contribuições financeiras, logísticas, técnicas, serviço de inteligência e de tropas, conforme o caso.
26. Na sua 348ª reunião, o CPS:
- Condenou firmemente as condições nas quais a demissão do Primeiro-Ministro cessante, Cheick Modibo Diarra ocorreram, e uma vez mais, reiterou a importância das forças militares e de segurança operarem sob a autoridade civil;
 - Reiterou a centralidade de uma transição inclusiva e coerente, sob a autoridade do Presidente Interino, Sr. Traoré Dioncounda, para a conclusão sucedida dos esforços em curso, e notou com satisfação a nomeação pelo Presidente Interino de um novo Primeiro-Ministro na pessoa do Sr. Diango Cissoko;
 - Exortou os actores malianos para organizarem, o mais breve possível, e nas condições requeridas de inclusividade, as consultas nacionais previstas que deveriam conduzir à adopção de um Roteiro para a gestão da Transição;
 - Tomou nota da apresentação pelo Secretário-geral da NU do relatório solicitado ao abrigo do parágrafo 7 da resolução 2071 (2012), bem como um debate público dos membros do Conselho de Segurança que teve lugar sobre esta questão a 5 de Dezembro de 2012; e
 - Exortou, uma vez mais, o Conselho de Segurança, em conformidade com o pedido feito pela UA em conformidade com as decisões do CPS de 24 de Outubro e 13 de Novembro de 2012, para dar o seu total apoio ao Conceito Estratégico para a Resolução de Crises no Mali, a fim de autorizar o desdobramento rápido da AFISMA e o estabelecimento de um pacote de ajuda financiado através das contribuições avaliadas da NU, bem como o estabelecimento de um Fundo Fiduciário para apoiar as forças armadas e de segurança Malianas.
27. Na sua 350ª reunião, o CPS:
- Condenou firmemente os ataques levados a cabo por grupos armados terroristas e criminosos contra a cidade de Konna, na área de Mopti, em 10 de Janeiro de 2013, e expressou toda a solidariedade da UA com o Mali;
 - Apelou todos os Estados-membros da UA e os parceiros internacionais para prestar apoio requerido para o desdobramento efectivo da AFISMA e o funcionamento das suas operações, e reiterou o apelo ao Conselho de Segurança da NU, para a criação de um pacote de ajuda da AFISMA financiado através das contribuições avaliadas da NU; e
 - Encorajou a Comissão para finalizar os preparativos para a realização, a margem da próxima Cimeira da UA, da conferência de doadores, tal como

solicitado pelo CPS no seu comunicado de 13 de Novembro de 2012, e subsequentemente apoiado pelo Conselho de Segurança da NU na resolução 2085 (2012).

(vi) Somália

28. Durante o período em análise, o CPS reuniu quatro vezes para analisar a situação na Somália: 331ª reunião, decorrida a 29 de Agosto de 2012; 334ª reunião, decorrida a 17 de Setembro de 2012; 337ª reunião, decorrida a 11 de Outubro de 2012; e a 350ª reunião, decorrida a 14 de Janeiro de 2013.

29. Na sua 331ª reunião, o CPS :

- Felicitou o encorajamento dos desenvolvimentos políticos na Somália;
- Felicitou ainda a eleição, a 28 de Agosto de 2012, do Presidente do Parlamento Federal, Professor Mohammed Sheikh Osman (Jawari) e dos seus dois Deputados, e apelou todos os parceiros Somali para garantir a resolução rápida dos nomes pendentes dos candidatos parlamentares;
- Expressou satisfação com a criação da Assembleia Nacional Constituinte, a adopção de uma nova Constituição a 1 de Agosto de 2012 e a inauguração de um novo Parlamento Federal em 20 de Agosto de 2012;
- Apelou o Parlamento Federal para eleger o Presidente, tal como previsto, dentro de dez dias;
- Felicitou a implementação sucedida da Resolução 2036 (2012) do Conselho de Segurança da NU aumentando o nível de tropas da AMISOM de 12,000 para 17,731, bem como a melhoria contínua da situação de segurança em geral através do sul e zona centro da Somália;
- Observou que o Al-Shabaab, grupo extremista continua a ser uma ameaça para a segurança e a presença desestabilizadora para o novo regime político na Somália;
- Rende homenagem a todos os países contribuintes de tropas pelos seus sacrifícios abnegados e contribuições contínuas a AMISOM; e
- Manifestou preocupação com a situação humanitária na Somália e exortou os Estados-Membros e a maioria da comunidade internacional para continuarem a dar apoio às populações carenciadas, bem como à estabilização do país.

30. Na sua 334ª reunião, o CPS:

- Felicitou a conclusão sucedida da transição na Somália, a qual culminou com a eleição, de 10 de Setembro de 2012, do Sr. Hassan Sheikh Mohamud como novo Presidente da República Federal da Somália, e notou com satisfação a sua investidura em Mogadíscio em 16 de Setembro de 2012;

- Rendeu homenagem aos parceiros Somali pelo compromisso que eles demonstraram para garantir a conclusão sucedida da transição, e exortou-os a prosseguirem neste sentido, a fim de consolidar o progresso notável que eles alcançaram;
- Reiterou o seu profundo apreço a AMISOM e aos Países Contribuintes de Tropas e Policia (TCC/PCC), bem como das forças nacionais de segurança Somali pela sua coragem e sacrifícios, que criaram o ambiente propicio para o avanço do processo político; e
- Apelou a todos os Estados-Membros da UA e os parceiros para aumentarem a sua assistência a Somália a fim de permitir-lhe cumprir melhor as tarefas ainda mais complexas, de acordo com as prioridades estipuladas pelo novo Governo Somali.

31. Na sua 337^a reunião, o CPS:

- Felicitou a nomeação pelo Presidente de um novo Primeiro-Ministro e aguada com expectativa a formação imediata de um gabinete inclusivo e competente;
- Reiterou o seu apreço aos T/PCCs pelo seu compromisso para a promoção de uma paz duradoira, segurança e reconciliação na Somália;
- Rendeu homenagem ao malogrado Primeiro-Ministro Meles Zenawi pelos seus esforços incansáveis como Presidente da IGAD, bem como aos parceiros da UA pelo seu apoio à AMISOM e o processo político na Somália;
- Salientou que embora os progressos notáveis ora registados, as tarefas futuras, que serão definidas pelo Governo Somali, serão ainda mais exigentes e complexas;
- Sublinhou a necessidade da comunidade internacional continuar activamente envolvida e dar mais apoio à Somália, na base das prioridades definidas pelo Governo Somali;
- Apelou para a tomada de medidas urgentes com vista a reestruturação e empoderamento do sector de Defesa e Segurança Somali, incluindo através do fornecimento de bolsas, equipamento e armamento num quadro transparente e ordeiro, incluindo o levantamento do embargo de armas às NSF, embora mantendo-o contra actores não estatais;
- Expressou total apoio à decisão da Comissão em realizar, de Outubro de 2012 a Janeiro de 2013, uma revisão estratégica da AMISOM e a implementação do seu mandato; e
- Solicitou, entretanto ao Conselho de Segurança para autorizar uma prorrogação técnica durante quatro meses do pacote de ajuda da NU, tal como estipulado na resolução 2036 (2012) de 22 de Fevereiro de 2012, com a inclusão de apoio adicional relativamente as componentes civis e marítimas da Missão.

32. **Na sua 350ª reunião, o CPS:**

- Felicitou a Comissão pelas medidas tomadas para a revisão da AMISOM e do seu mandato e saudou as consultas alargadas realizadas pela Equipa de Revisão, sob a liderança do Professor Ibrahim Gambari;
- Notou os resultados preliminares da Equipa de revisão e salientou a necessidade deste exercício liderar ao reforço da eficácia da AMISOM e reforçar a coordenação; e
- Decidiu renovar o mandato da AMISOM até 15 de Janeiro de 2013 para um período adicional de seis meses em função dos resultados das consultas entre a Comissão da UA e o Secretariado das Nações Unidas sobre o futuro da AMISOM.

(vii) Sudão/ Sudão do Sul

33. O CPS consagrou três reuniões sobre a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul: 329ª reunião, realizada a 3 de Agosto de 2012; a 339ª reunião, realizada em 24 de Outubro de 2012, a nível ministerial; e a 349ª reunião, realizada a 14 de Dezembro de 2012.

34. **Na sua 329ª reunião, o CPS:**

- Notou o progresso alcançado na implementação do Roteiro da UA, tal como endossado na resolução 2046 (2012) do Conselho de Segurança da NU;
- Apreciou o importante acordo alcançado entre as Partes sobre todas as questões financeiras relacionadas com a exportação do petróleo do Sudão do Sul através do Porto do Sudão e exortou as Partes para alcançarem um acordo sobre todos os aspectos restantes das questões relacionadas com o petróleo;
- Apoiou firmemente a decisão das Partes em constituir uma delegação Conjunta, apoiada pelo AUHIP, a qual incluirá vários países e instituições para solicitar assistência financeira e abordar as necessidades urgentes de ambos os países e exortou ainda o levantamento de todas as sanções contra o Sudão, incentivando as nações credoras para perdoarem a dívida externa do Sudão;
- Lamentou o facto de as Partes não terem conseguido finalizar os acordos sobre uma série de questões cruciais nas suas relações pós-secessão até 2 de Agosto de 2012 tal como estipulado na resolução 2046 (2012) do Conselho de Segurança da NU. Neste sentido, o CPS solicitou o AUHIP para continuar a intensificar o seu papel de facilitador para colmatar as diferenças entre as Partes;
- Apelou o Comité Conjunto de Supervisão de Abyei (AJOC) para acelerar a conclusão do estabelecimento do Serviço da Polícia de Abyei, para permitir-lhe assumir as funções de policiamento em toda a Área de Abyei;

- Solicitou a Comissão, para trabalhar em conjunto com a NU e a LEA, para acelerar a operacionalização a fim de garantir uma avaliação atempada da situação e a distribuição rápida de assistência humanitária para a população civil afectada pela guerra no Nilo Azul e os estados do Kordofan do Sul, no quadro da Proposta Conjunta de *Acesso para Fornecer e Distribuir Assistência Humanitária aos Civis afectados pela Guerra no Kordofan do Sul e nos Estados do Nilo Azul*; e
 - Solicitou o AUHIP para submeter, até 22 de Setembro de 2012, um relatório abrangente sobre o estado das negociações, incluindo propostas detalhadas sobre todas as questões pendentes, que deverão ser endossadas como uma solução final e obrigatória para as relações pós-secessão, numa reunião do CPS que decorrerá a nível ministerial, dentro de duas semanas após a apresentação do relatório, subentendendo-se que o dito relatório e comunicado do Conselho serão transmitidos, para apreciação e aprovação, pelo Conselho de Segurança da NU em conformidade com o Capítulo VII da Carta da NU.
35. Na sua 339th reunião, o CPS:
- Felicitou os Governos da República do Sudão e da República do Sudão do Sul pelos acordos alcançados e 27 de Setembro de 2012;
 - Lamentou o facto de que apesar destas grandes concretizações, algumas questões chave incluído no Roteiro ainda não foram solucionadas entre os dois Estados, nomeadamente o Estatuto Final da Área de Abyei e a resolução das Áreas Fronteiriças Disputadas e reivindicadas;
 - Felicitou o AUHIP pelos esforços envidados para a resolução do Estatuto Final da Área de Abyei. A este respeito, o CPS aceitou a proposta submetida pelo AUHIP em 21 de Setembro de 2012, representando uma solução justa, equitativa e viável para a disputa entre os dois países;
 - Decidiu que, se as Partes falharem a alcançar um acordo sobre o Estatuto Final da Área de Abyei dentro de um período de seis semanas, endossará a 21 de Setembro de 2012 a Proposta como final e obrigatória, e tentará obter o endosso da mesma pelo Conselho de segurança da NU. Entretanto, o CPS apelou as Partes para implementarem, na íntegra, o Acordo sobre as Disposições Temporárias para a Administração e Segurança da Área de Abyei;
 - Apelou as Partes, sob a facilitação do AUHIP, para chegar a um consenso, dentro de duas semanas, sobre o processo das negociações para a resolução das Cinco Áreas Disputadas que eles já identificaram, bem como quaisquer outras Áreas Fronteiriças Reivindicadas. Neste contexto, o CPS endossou o Projecto dos Termos de Referencia da Equipa de Peritos e exortou ambas as Partes para acordar a Equipa de Peritos toda a cooperação necessária na condução do seu trabalho;

- Decidiu que, se as Partes falharem a alcançar um acordo sobre o processo da resolução das Cinco Áreas Disputadas bem como das Áreas Fronteiriças Reivindicadas, o AUHIP apresentará uma proposta ao CPS, a qual resultaria numa determinação final e vinculativa e tentaria obter o endosso do mesmo pelo Conselho de Segurança da NU;
 - Lamentou profundamente que o Governo do Sudão e o Movimento do Norte de Libertação do Povo do Sudão (SPLM-Norte) falharam na convocação de negociações directas, e apelou-os para o fazerem o mais tardar até 10 de Novembro de 2012, com a facilitação do AUHIP com o apoio do Presidente da IGAD;
36. Na sua 349ª reunião, o CPS:
- Notou com preocupação a não-implementação pelos Governos da República do Sudão e a República do Sudão do Sul dos Acordos alcançados em 27 de Setembro de 2012;
 - Reiterou o seu apoio aos esforços do AUHIP, e apelou as Partes para se reunirem sob os auspícios do Painel a fim de solucionar estas e outras questões pendentes;
 - Felicitou a vontade do Presidente da República do Sudão do Sul e o Presidente da República do Sudão para se reunirem, e encorajou a convocação de uma Cimeira o mais breve possível, a fim de erradicar os obstáculos em todas as questões pendentes;
 - Felicitou o compromisso das Partes com a Equipa dos Peritos sobre a resolução das Cinco Áreas Fronteiriças Disputadas em conformidade com a sua decisão prévia, e exortou as Partes para continuarem a sua cooperação com os Peritos a fim de acelerar a resolução desta questão; e
 - Solicitou o AUHIP para submeter um relatório final ao Conselho sobre todas as questões pendentes derivadas do Comunicado e o Roteiro de 24 de Abril de 2012, para a sua reunião que terá lugar á margem da próxima sessão ordinária da Conferencia da União, em Janeiro de 2013.

Reuniões realizadas nos termos dos Artigos 17º e 18º do Protocolo do CPS

- (i) Reunião consultiva ministerial entre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Conselho de Paz e Segurança da Liga dos Estados Árabes, Nova Iorque, 27 de Setembro de 2012

37. A reunião foi realizada na sequência da primeira reunião entre os dois Conselhos de Paz e Segurança, de 18 a 19 de Dezembro de 2010, no Cairo, Egipto, no quadro da aplicação do Artigo 17º do protocolo do CPS. A reunião consultiva permitiu que os dois CPS trocassem opiniões sobre os desafios em relação à paz e à segurança nas duas regiões, bem como sobre os seus esforços para resolver a crise actual. Neste âmbito, as discussões incidiram no processo de paz e reconciliação na Somália, nas negociações em curso entre o Sudão e o Sudão do

Sul sobre as suas relações pós-secessão, sob os auspícios do Painel de Implementação de Alto Nível da UA sobre o Sudão e o Sudão do Sul (AUHIP), bem como sobre as situações no Mali e na Palestina.

(ii) Reunião consultiva entre o Conselho de Paz e Segurança e o Parlamento Pan-Africano (Comité de Cooperação, Relações Internacionais e Resolução de Conflitos), 27 de Novembro de 2012, Adis Abeba

38. Na sua 344ª reunião realizada no dia 27 de Novembro de 2012, no quadro da aplicação do artigo 18º do Protocolo do CPS, o CPS teve uma sessão interactiva com uma delegação do Comité de Cooperação, Relações Internacionais e Resolução de Conflitos (CCIRCR) do Parlamento Pan-Africano (PAP), sobre a cooperação entre o CPS e o CCIRCR/PAP na promoção da paz, segurança e estabilidade em África e delineou as modalidades práticas para este efeito. O CPS felicitou o CCIRCR pelas propostas de cooperação que apresentou e pela sua contribuição na procura da paz e segurança no continente. O CPS decidiu analisar com profundidade as propostas e outras modalidades para reforçar as suas relações com o PAP.

C) Outras actividades do CPS

(i) Preparativos para os Retiros e Sessões consultivas do CPS

39. Na sua 330ª reunião, realizada no dia 22 de Agosto de 2012, o CPS deu início aos preparativos para os seus retiros e para as seguintes sessões consultivas: workshop de validação do CPS/PAP sobre um mecanismo de colaboração e cooperação; sessão de reflexão do CPS/Departamento dos Assuntos Políticos (Comissão da UA) sobre paz, segurança e governação, em Banjul; retiro do CPS sobre Métodos de Trabalho, em Yaoundé; o retiro do CPS sobre Métodos de Trabalho, em Fevereiro de 2013, em Djibouti; e a convocação da reunião anual consultiva entre o CPS da UA e o CPS-LAS.

(ii) Consulta sobre a Garantia de uma Maior Sinergia entre a Arquitectura de Governação Africana e a Arquitectura Africana de Paz e Segurança da UA

40. No âmbito do Ano dos Valores Comuns e, em conformidade com as disposições do artigo 7º, alínea m), do protocolo do CPS, o PSC, o Departamento de Assuntos Políticos da Comissão da UA e outras partes envolvidas realizaram uma consulta sobre a garantia de uma maior sinergia entre a Arquitectura de Governação Africana (AGA) e a Arquitectura de Africana de Paz e Segurança (APSA), de 8 a 10 de Setembro de 2012, em Banjul, Gâmbia. A consulta constituiu uma oportunidade para a troca de opiniões sobre questões relativas à governação e direitos humanos, que constituem a base do trabalho da UA no domínio da prevenção de conflitos e consolidação da paz em África.

(iii) Retiro do Conselho de Paz e Segurança sobre os seus Métodos de Trabalho, de 15 a 16 de Novembro de 2012, Yaoundé

41. O CPS realizou um retiro para rever os seus métodos de trabalho, de 15 a 16 de Novembro de 2012, em Yaoundé, Camarões. O Retiro foi realizado no contexto

das conclusões do Retiro do CPS de Dakar, de Julho de 2007, que estabeleceu, pela primeira vez, os métodos de trabalho do CPS. No essencial, o retiro de Yaoundé procurou rever a situação da implementação das conclusões do Retiro de Dakar e analisar outras questões emergentes, com o objectivo de melhorar os métodos de trabalho do CPS e reforçar a sua eficácia.

(d) Análise das Questões Temáticas

42. Durante o período em análise, o CPS analisou as seguintes cinco questões temáticas relacionadas com a promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

(i) Sessão Aberta sobre o Reforço de Capacidades para a Resposta Efectiva à Assistência Humanitária e às Catástrofes em África

43. Durante o período em análise, o CPS consagrou a sua 333ª reunião, realizada em 14 de Setembro de 2012, à questão do reforço de capacidades para a resposta efectiva à assistência humanitária e às catástrofes em África.

(ii) Sessão Informativa do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

44. Na sua 338ª reunião, realizada no dia 18 de Outubro de 2012, o CICV informou o CPS sobre as actividades e desafios relacionados com a paz e segurança em África na perspectiva da prestação da assistência humanitária em situações de crise e conflito. O CPS:

- tomou nota com preocupação sobre o agravamento da situação humanitária nos países em conflito, particularmente no Norte do Mali e no Leste da RDC; e
- exortou os Estados-membros que ainda o não fizeram a assinarem e ratificarem o Protocolo e a respeitarem escrupulosamente todos os instrumentos relevantes da UA relativos à promoção do Direito Humanitário Internacional.

(iii) Prevenção e Combate ao Terrorismo e ao Extremismo Violento em África

45. Na sua 341ª reunião, realizada no dia 13 de Novembro de 2012, o CPS analisou o Relatório do Presidente da Comissão contra o Terrorismo e Extremismo Violento em África. No comunicado adoptado por ocasião, o CPS:

- felicitou os esforços da Comissão na promoção do quadro da UA de luta contra o terrorismo e pelo facto desta estar a apoiar os Estados-membros com vista a sua efectiva implementação, incluindo o apoio em missões de avaliação das necessidades e o reforço de capacidades. Além disso, o Conselho felicitou a Comissão pelo seu contínuo envolvimento com os parceiros internacionais na mobilização de apoio para os Estados-membros, bem como pela contribuição para a melhor coordenação de esforços internacionais, a fim de prevenir e combater o terrorismo;

- solicitou à Comissão a intensificar os esforços em curso para a elaboração de um Mandado de Captura Africano, e à continuar a apoiar os Estados-membros na adopção de estratégias globais de combate ao terrorismo e reforçar as suas capacidades por forma a poderem dar resposta ao terrorismo e atacarem as condições que levam a sua ocorrência e propagação, incluindo através de programas de educação, de luta contra radicalização e desradicalização;
- decidiu tornar operacional o seu Subcomité contra o Terrorismo na base do documento sobre o mandato, composição e funções deste órgão, conforme submetido pela Comissão e analisado na sua 311ª reunião realizada em 20 de Fevereiro de 2012.

(iv) Sessão Aberta sobre Paz, Segurança e Desenvolvimento

46. Na sua 342ª reunião, realizada no dia 21 de Novembro de 2012, a 'UN Women' informou o CPS sobre a paz, segurança e desenvolvimento em África. O CPS:

- Sublinhou a necessidade de integrar a perspectiva do género em todos os esforços de desenvolvimento, de paz e de segurança no continente. Saudou o papel da 'UN Women' na tentativa de resolver a situação difícil das mulheres, crianças, juventude e outros grupos sociais vulneráveis, e sublinhou a necessidade pela implementação plena dos instrumentos e políticas da UA relacionadas com as mulheres e crianças; e
- declarou aguardar com expectativa a realização do 50º aniversário da OUA/UA, como uma oportunidade que irá promover ainda mais a essência do Renascimento Africano em termos de boa governação, paz, segurança e desenvolvimento.

(v) Sessão Aberta sobre Justiça Internacional

47. Na sua 347ª reunião, realizada no dia 12 de Dezembro de 2012, o Presidente da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) e o Vice-Presidente da FIDH, bem como o Presidente do Grupo Lotus, organização de direitos humanos, informaram o CPS sobre a justiça internacional. O CPS:

- reiterou o compromisso da UA ao combate à impunidade e destacou a importância da justiça internacional e da justiça transitória na promoção da paz e segurança em África, e a necessidade de assegurar que elas se reforcem mutuamente, no contexto da procura de soluções às crises e conflitos e, tendo em vista a fragilidade dos processos de paz e de reconciliação no continente;
- realçou o facto de a responsabilidade primária da protecção dos direitos humanos ser dos Estados-membros;

- enfatizou a necessidade de uma estreita relação de trabalho com a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, bem como com o Tribunal Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

(vi) *Esforços de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito em África*

48. Na sua 352ª reunião, realizada no dia 16 de Janeiro de 2013, o CPS analisou o primeiro relatório de actividades da Presidente da Comissão sobre os esforços da UA na reconstrução e desenvolvimento pós-conflito (RDPC) em África. O CPS:

- saudou o lançamento da Iniciativa de Solidariedade Africana (ASI), e apelou aos Estados-membros a apropriarem-se e apoiarem plenamente a Iniciativa;
- destacou a importância da promoção de líderes no continente com a capacidade necessária para a tomada de iniciativas com vista à implementação dos programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- exortou a todos os Estados-membros a prestarem total apoio na organização de uma Conferência de Solidariedade Africana (ASC) prevista para o segundo semestre de 2013; e
- apelou para uma revisão regular da implementação da RDPC com vista a acompanhar os progressos.

(e) *Actividades dos Órgãos Subsidiários do CPS*

Painel dos Sábios

49. De acordo com Artigo 11º do Protocolo do CPS, o Painel dos Sábios tem o mandato de apoiar os esforços do Conselho e da Presidente da Comissão, particularmente no domínio da prevenção de conflitos, a pedido destes ou por iniciativa própria. Nesta conformidade, e nos termos das decisões relevantes da Conferência, o Painel dos Sábios levou a cabo uma missão pré-eleitoral conjunta com a CEDEAO, de 25 a 29 de Setembro de 2012, na República do Gana, antes das eleições gerais prevista para 7 de Dezembro de 2012; e de 30 de Setembro a 5 de Outubro de 2012 na Serra Leoa. O principal objectivo de ambas as missões foi de assistir a facilitação da organização de eleições pacíficas, livres e Justas, através de consultas com todos os intervenientes para diminuir o risco de uma crise eleitoral. Além disso, o Painel dos Sábios, a Comissão dos Anciões do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), em trabalho com o IGAD e o Comissário da UA para os Assuntos Políticos, realizaram uma missão de pré-avaliação, de 16 a 23 de Janeiro de 2013, no Quénia, antes das eleições gerais de 4 de Março de 2013.

50. Além disso, e em conformidade com o Memorando de Entendimento (ME) no domínio da paz e segurança assinado em 2008 entre a UA e as CER/MR, apelando para que haja maior colaboração e coordenação de esforços entre si no domínio da prevenção de conflitos, gestão, reconstrução e mediação, o Painel dos Sábios participou no retiro anual da Comissão dos Anciões do COMESA (CCOE), de 19 a

20 de Novembro de 2012, no Uganda. A reunião constituiu uma oportunidade para a troca de opiniões sobre a prevenção de conflitos e questões relacionadas.

(f) Participação do CPS em outras actividades de paz e segurança

(i) Terceiro Retiro de Alto Nível da UA dos Enviados Especiais e Representantes na Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África

51. O Presidente do CPS para o mês de Novembro de 2012, o Embaixador da Gâmbia, participou no 3º Retiro de Alto Nível da UA dos Enviados Especiais e Representantes na Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África, que teve lugar de 5 a 6 de Novembro de 2012, no Cairo, Egipto, sob o tema “Transformar o Ambiente de Paz e Segurança Africana na Próxima Década”. O Retiro teve os seguintes objectivos: (a) reflectir sobre as experiências da UA na concretização da sua visão e objectivos desde a sua criação; (b) examinar a actual e novas tendências e dinâmicas dos conflitos no continente; (c) analisar as abordagens para a operacionalização da APSA, bem como oportunidades e desafios relacionados; (d) analisar os esforços de manutenção de paz, incluindo os esforços de mediação e gestão de conflitos da UA; e (e) tirar lições das operações passadas de apoio de paz da UA. O Retiro, que coincidiu com 10º aniversário da UA, constituiu uma oportunidade para os participantes reverem, de forma concertada e holística, os ganhos feitos no domínio da paz, segurança e desenvolvimento em África, bem como os desafios futuros.

(ii) Reunião consultiva sobre a Força Internacional Neutra (FIN) e o Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado (MCVA)

52. O Presidente do CPS para o mês de Dezembro de 2012, o Embaixador da República da Guiné, participou na reunião consultiva realizada na sede da UA, em Adis Abeba, de 27 a 28 de Dezembro de 2012, sobre os acordos de segurança a serem celebrados na zona leste da República Democrática do Congo, nomeadamente a FIN e o MCVA. A reunião foi realizada na sequência do comunicado sobre a situação na zona leste da RDC adoptada pela 346ª reunião do CPS, realizada em 10 de Dezembro de 2012, em Adis Abeba, que solicitou à Comissão a tomar as medidas necessárias para facilitar a realização, sob auspícios da UA, de consultas para facilitar a mobilização apoios necessários para o estabelecimento da FIN e para a plena operacionalização do MCVA.

(iii) Reunião ministerial sobre a FIN e o MCVA para o Leste da RDC

53. A República do Quênia, o Presidente do CPS para o mês de Janeiro de 2013, participaram na reunião ministerial sobre o FIN e o MCVA para o Leste da RDC, realizada no dia 8 de Janeiro de 2013, em Adis Abeba. A reunião realizou-se na sequência das recomendações da reunião consultiva sobre a operacionalização dos acordos de segurança para o Leste da RDC, realizada de 27 a 28 de Dezembro de 2012, em Adis Abeba.

V. SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA

54. Os parágrafos seguintes fornecem uma actualização sobre várias situações no terreno. Cobre igualmente uma série de questões temáticas relevantes aos esforços com vista à promoção da paz, segurança e estabilidade no continente.

1. Situações no terreno

a) Madagáscar

55. O período em análise foi marcado pela continuidade de esforços com vista à implementação do Roteiro da SADC para a saída da crise em Madagáscar. O CPS recordará que se registaram progressos significativos desde a assinatura deste Roteiro, em 17 de Setembro de 2010, tal como ilustrado através da criação das principais instituições transicionais, em particular, o Presidente de Transição, o Primeiro-Ministro de consenso, o Congresso Transicional (CT), o Conselho Superior Transicional (CST), a Comissão Eleitoral Nacional Independente Transicional (CENIT); a adopção de principais leis relativas ao quadro eleitoral e à amnistia, incluindo a criação da Comissão Especial sobre a Amnistia ; a eleição dos membros do Tribunal Eleitoral, a organização da campanha de recenseamento eleitoral e a assinatura do Projecto de Apoio ao Ciclo Eleitoral em Madagáscar 2012-2013 (PACEM), bem como essa de Convenções de financiamento relativos. A única instituição prevista pelo Roteiro que falta estabelecer é o Conselho Nacional de Reconciliação (CNR) Malgaxe, porque os actores ainda não conseguiram ultrapassar as suas divergências em relação à nomeação dos membros desta instituição.

56. Contudo, há aspectos importantes do Roteiro que ainda restam pendentes. Convém relevar as disposições do Roteiro relativas ao carácter neutro, inclusivo e consensual do processo de transição, restauração da confiança e reconciliação nacional, de outorga da amnistia e do retorno incondicional ao país de todos os exilados políticos, incluindo o antigo Presidente Marc Ravalomanana deverão ser implementados ainda.

57. Do mesmo modo, o processo eleitoral depara-se com problemas de ordem logística e financeira que poderiam ter um impacto negativo sobre o calendário eleitoral. O orçamento requerido para a organização das eleições eleva-se em cerca de 71 milhões de dólares. A seis (6) meses antes da data das eleições, apenas 35 milhões de dólares foram prometidos pelos parceiros de Madagáscar. A Lei das Finanças de 2013 atribui, um montante de 27 milhões de dólares, para o processo eleitoral. Mesmo se todas as promessas actuais forem confirmadas, o que não é o caso, falta mobilizar ainda 3 milhões de dólares para 2013 e 5,3 milhões para 2014. Importa sublinhar igualmente que a falta de meios logísticos e financeiros, o recenseamento eleitoral que começou no início do mês de Outubro de 2012, e que devia ter terminado num prazo de um mês, ainda não foi concluído.

58. Foi neste contexto que a Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Dar-es-Salam, na Tanzânia, de 7 a 8 de Dezembro de 2012, analisou a situação em Madagáscar. Entre outras coisas, a Cimeira, exortou os actores políticos malgaxes a implementarem plenamente o Roteiro em letra e espírito, exortou os parceiros a

respeitarem o calendário eleitoral, e reiterou a sua decisão relativa ao retorno ao país sem condição do antigo Presidente Marc Ravalomanana. A Cimeira insistiu igualmente sobre a necessidade de persuadir o Sr. Ravalomanana e o Sr. Rajoelina para não se candidatarem às próximas eleições presidenciais.

59. No âmbito da implementação das decisões da Cimeira da SADC, o Sr. Ravalomanana anunciou, a 10 de Dezembro de 2012, que não se apresentaria às próximas eleições presidenciais.

60. Além disso, às condições socioeconómicas difíceis que afectam Madagáscar, acrescenta-se a insegurança cada vez maior no sul do país. Em relação ao último ponto, os confrontos entre os *dahalo* – ladrões de gado – e as forças especiais que operam no quadro da « operação *tandroka* », destinada a restabelecer a ordem, são caracterizados por graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário. O organismo local do Grupo internacional de contacto sobre Madagáscar (ICG-M) acordou, o mês passado, com as autoridades malgaxes competentes sobre a necessidade de enviar uma Comissão neutra para investigar sobre as presumidas violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional no sul do país.

61. Á luz do precedente, importa que a UA, em conformidade com as suas responsabilidades no quadro da APSA, intensifique os seus esforços e apoio à Mediação da SADC. Neste contexto, bem como do ICG-M e o CPS devem-se reunir e analisar a adopção de medidas apropriadas para acelerar a resolução da saída da crise em Madagáscar.

b) Comores

62. Nas Comores, as aquisições registadas durante estes últimos anos no processo de reconciliação e consolidação da paz, depois da dupla crise separatista e institucional que conheceu o arquipélago, continuam a ser consolidadas. Convém, a este respeito, fazer menção à melhoria das relações entre o Governo Central e os Executivos das Ilhas Autónomas, bem como a nomeação, a 11 de Outubro de 2012, de altos responsáveis da oposição a postos importantes no seio do Governo. Do mesmo modo, registaram-se resultados encorajadores no que respeitam as reformas macroeconómicas, o que permitiu às Comores alcançar a decisão da Iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPTE) e obter uma redução da sua dívida externa das Comores avaliada em 176 milhões de dólares.

63. Tal como indicado nos relatórios precedentes do CPS, o assassinato, em Maio de 2010, de um oficial superior natural da Ilha de Anjouan e as acusações feitas contra o antigo Chefe de Estado-Maior do Exército Nacional Comoriano, Amir Salimou, que é da Grande Comore, suscitaram tensões, incluindo no terreno intercomunitário. Em 2 de Novembro de 2012, o Tribunal Penal de Moroni tomou uma medida de indulto a favor do General Salimou e de seus co-defensores. Num comunicado datado de 3 de Novembro de 2012, o Governo comoriano tomou nota desta decisão e apelou às autoridades judiciais comorianas para prosseguir com as investigações a fim de identificar os autores do assassinato. A este respeito, o Presidente da União das Comores sondou a Presidente da Comissão para solicitar assistência da UA. Em resposta, a Comissão propôs às autoridades comorianas o envio de uma missão de avaliação conjunta às Comores que, além da UA, implicaria

as Nações Unidas, UE, o Banco Mundial, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Liga dos Estados Árabes (LEA). O objectivo desta missão seria de avaliar o processo de reconciliação e estabilização nas Comores e formular recomendações sobre as medidas adicionais que os parceiros das Comores poderiam tomar no âmbito do apoio aos esforços das autoridades comorianas. De comum acordo com o Governo Comoriano a Comissão tomará medidas necessárias para mobilizar a comunidade internacional a dar assistência às Comores a fim de superar os desafios prementes.

64. De facto, ainda restam muitos desafios a superar. Particularmente, no processo de colecta de armas em circulação na ilha de Anjouan, consecutivamente ao desembarque militar que decorreu na Ilha em 25 de Março de 2008, bem como a reforma do sector da defesa e segurança, à qual a UA presta apoio.

65. A Conferencia poderia incentivar as autoridades comorianas a prosseguirem os esforços em curso. Ela poderia igualmente, dada a necessidade de um acompanhamento internacional sustentado para consolidar as aquisições registadas, reiterar o seu apelo os parceiros internacionais a honrar os compromissos tomados durante a Conferencia de doadores, decorrida em Doha, em Março de 2010.

c) Somália

66. O período em análise foi marcado por enormes progressos na Somália. Um novo regime político deu início no país quando, em Setembro de 2012, através de um processo democrático credível, porém trabalhoso, o novo Parlamento Federal elegeu um novo Presidente, terminando assim constitucionalmente os oito anos de regime transitório que se estabeleceu com a adopção da Carta Federal de Transição (CFT), em 2004, e com o processo complementar de Djibouti de Agosto de 2008. O Presidente Hassan Sheikh Mohamud tomou posse oficialmente em Mogadíscio, no dia 16 de Setembro de 2012. Posteriormente, ele definiu as seis (6) prioridades imediatas do seu governo, nomeadamente, segurança, reconciliação nacional, prestação dos serviços sociais, gestão das finanças públicas, desenvolvimento económico, bem como Justiça. Ele também ressaltou que iria estabelecer contacto com os grupos armados da oposição e continuar o diálogo com a Somalilândia. Em 6 de Outubro de 2012, ele nomeou Abdi Farah Shirdon “Saacid” como Primeiro-ministro. O Primeiro-ministro e seu gabinete foram endossados pelo Parlamento, no dia 13 de Novembro de 2012. Desde então, as autoridades somalis tomaram uma série de medidas com vista a implementar as prioridades estabelecidas.

67. Em Novembro de 2012, o Parlamento Federal concluiu e adoptou um plano estratégico de 4 anos, incluindo o seu regulamento interno de trabalho. Também criou 15 comissões parlamentares com os seus presidentes, vice-presidentes e secretários eleitos. Além disso, o Parlamento identificou onze projectos que visam reforçar a sua capacidade, incluindo a criação de um Secretariado operacional. Traçou sua agenda legislativa, que foi partilhada com o Governo. Em 13 de Dezembro de 2012, o Primeiro-ministro, em consulta com o Presidente, Membros do Parlamento e representantes da sociedade civil, nomearam cinco Ministros de Estado e vinte Vice-ministros.

68. O novo Governo está a tomar medidas concretas para revitalizar ou estabelecer as instituições de governação e designar a liderança necessária para administrá-las. Consequentemente, a liderança e a direcção das instituições financeiras estão a ser reestruturadas, em conformidade com a política dos seis pilares do Governo. Um processo semelhante está em curso nas outras instituições. O Governo começou a trabalhar com as administrações regionais provisórias existentes nas regiões da Somália do Sul e Central.

69. Em 6 de Dezembro de 2012, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e o Comité Conjunto para a Somália do Sul e Central reuniram-se em Adis Abeba. A reunião aprovou um Memorando de Entendimento (MdE), alargando a composição do Comité (que inicialmente era formado pelo Jubbaland, Quénia e Etiópia) para incluir o Governo Federal da Somália, que agora desempenha o papel de Presidente do Comité.

70. A situação de segurança continua a melhorar, graças aos esforços envidados pela Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e pelas Forças Nacionais de Segurança Somalis (SNSF). Durante o período em análise, as SNSF e a AMISOM alargaram ainda mais suas áreas de controlo. As Unidades da Polícia Constituída (FPU), juntamente com as Forças Policiais da Somália (SPF) desempenham um papel importante, que varia desde as actividades de policiamento à restauração da confiança e da segurança do público em Mogadíscio. Por seu lado, os agentes da polícia individual (IPOs) continuam a orientar e a aconselhar os seus homólogos das Forças Policiais da Somália (SPF). Embora as operações combinadas das SNSF e da AMISOM geraram ganhos tangíveis de segurança e enfraqueceram significativamente o Al Shabaab, o grupo extremista continua a constituir uma grave ameaça e ainda mantém a capacidade de perpetrar ataques.

71. Com o destacamento de todo o contingente de Djibouti no Sector 4 (Beltweyne), que foi concluído em finais de Novembro de 2012, as forças militarizadas da AMISOM atingiram agora 17.709. Isto inclui os 5.432 tropas do Burundi, 960 tropas do Djibuti, 4.652 tropas do Quénia e 6.223 tropas do Uganda. O Batalhão da Serra Leoa de 850 tropas deverá ser destacado entre Fevereiro-Março de 2013, período após o qual o Quénia reduzirá sua contribuição para um batalhão. Existem 81 oficiais das forças armadas e 81 oficiais da polícia (IPOs) de vários Estados-membros, bem como 2 Unidades da Polícia Constituída (FPU) de 140 elementos da polícia provenientes da Nigéria e do Uganda. Em 1 de Novembro de 2012, foi designado um novo Representante Especial para a Somália e Chefe da AMISOM, na pessoa do Embaixador Mahamat Salah Annadif, do Chade.

72. Durante o período em análise, as componentes da AMISOM (a componente civil, policial e militar) empreenderam uma série de actividades para apoiar o Governo Federal da Somália. Estas incluem a estabilização e governação das áreas libertadas, as questões de género, a gestão dos combatentes afastados, o apoio às Forças Nacionais de Segurança Somalis (SNSF) e o reforço da capacidade da função pública da Somália.

73. Na sua 337^a reunião, o CPS manifestou total apoio à decisão da Comissão de efectuar uma análise estratégica da AMISOM e a implementação do seu mandato, com vista a determinar como a missão poderá contribuir mais para a

estabilização da Somália. A decisão de proceder a uma revisão foi tomada no contexto dos grandes progressos políticos e de segurança alcançados na Somália nos últimos meses e na necessidade para ajustar as operações da AMISOM em conformidade. O processo de revisão, que foi lançado em Dezembro de 2012, terminou em meados de Janeiro de 2013. O seu resultado será submetido ao CPS e, posteriormente, ao Conselho de Segurança.

74. A Conferência poderá considerar oportuno saudar os enormes progressos feitos na Somália, felicitar os somalis pelas realizações registadas e incentivá-los a se manterem firmes e continuarem a colocar o interesse do país acima de qualquer outra consideração, uma vez que as tarefas que ainda faltam realizar serão muito mais complexas e exigentes. A Conferência poderá ainda considerar oportuno exortar a comunidade internacional a continuar envolvida activamente na Somália e a aumentar o apoio necessário com base nas prioridades descritas pelas autoridades da Somália. Esse apoio deve abranger também a reestruturação e capacitação das Forças Nacionais de Segurança Somalis (SNSF), nomeadamente através do fornecimento de bolsas, equipamentos, armas e munições. A Conferência poderá ainda considerar oportuno prestar uma bem-merecida homenagem aos países que contribuem com tropas e polícias para a AMISOM, bem como à Etiópia, pela excepcional contribuição prestada para a melhoria da situação de segurança e pelos sacrifícios enormes feitos a este respeito.

d) Sudão

75. As Partes do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), nomeadamente o Governo do Sudão (GoS) e o Movimento de Libertação e Justiça (LJM), prosseguiram os seus esforços com vista a implementar as disposições do Acordo. Apesar de alguns progressos registados, nomeadamente na criação de instituições para o DDPD, o processo de implementação sofreu atrasos, particularmente em relação ao cessar-fogo e às disposições de segurança devido às dificuldades na finalização da verificação das tropas do LJM. O acordo sobre a via a seguir alcançado entre o GoS e os representantes do LJM na sua última reunião da Comissão Conjunta prevê que a verificação do exercício seja concluída brevemente.

76. No domínio de segurança, a situação deteriorou seriamente. Os Incidentes caracterizam-se pela intensificação de combates entre as Forças Governamentais e os movimentos armados a recrudesência de ataques sobre as tropas da UNAMID. A criminalidade e o banditismo, bem como os conflitos inter-tribais, continuaram igualmente assíduos. O aumento de hostilidades entre os movimentos armados e as forças governamentais tornaram-se recentemente interligados com rivalidades inter-tribais, disputas entre agricultores e pastores, e competição no controlo das áreas produtoras de ouro. Esta situação causou numerosas vítimas e deslocações através de. Teve igualmente um impacto no acesso humanitário e segurança do pessoal humanitário.

77. Em detrimento dos desafios operacionais com os quais se confronta, incluindo ataques por elementos não identificados, a negação do acesso contínuo, restrições de circulação e atrasos na emissão de vistos para o pessoal da Missão, a UNAMID não descurou os seus esforços no que respeita a protecção de civis e assistência aqueles afectados pela violência continua, sem prejuízo para a

responsabilidade do GoS do Sudão em proteger os seus cidadãos. A UNAMID reexaminou a sua estratégia de protecção de civis para tomar em conta a protecção de pessoas em perigo iminente bem como o reforço das capacidades de alerta precoce da missão.

78. Os esforços para facilitar um processo político mais inclusive prosseguem. Um ramo militar significativo do Movimento de Justiça e Igualdade (JEM), um dos maiores grupos armados, assinou um acordo de cessar-fogo com o GoS do Sudão e acordou iniciar negociações na base do DDPD. A UNAMID apoia activamente a implementação do DDPD e os esforços para um processo político mais inclusivo em Darfur. Estabeleceram-se igualmente contactos com os outros movimentos retidos com vista a persuadi-los a renunciarem à sua agenda militar e juntarem-se ao processo político.

79. O Fundo de Reconstrução de Darfur foi instituído, e o apelo para contribuições regionais e internacionais para o já foi emitido. Contudo, o Governo ainda deverá fazer a sua contribuição ao Fundo tal como previsto no DDPD devido à recessão económica geral que o país enfrenta. Por outro lado, os preparativos para a organização da conferência de doadores' em Darfur prosseguem.

80. O longo processo de nomeação de um importante Representante Especial Conjunto (JSR) para substituir o Professor Ibrahim Gambari já foi resolvido. Na sequência das consultas ao longo dos últimos meses entre a UA e a NU, por outro lado, e o Governo do Sudão, por outro lado, o Sudão comunicou a sua aceitação quanto a nomeação do Dr. Mohammed Ibn Chamba (do Gana) como o novo JSR, e Chefe da UNAMID. As responsabilidades do Sr. Chamba incluem aquelas consignadas previamente ao antigo Mediador Chefe Conjunto da NU-UA (JCM). O Professor Ibrahim Gambari merece a homenagem da UA pelo seu contributo notável em busca da paz em Darfur.

81. Neste contexto, a Conferencia poderia apelar as partes do DDPD a acelerar os seus esforços para a implementação dos seus compromissos. É igualmente importante exortá-los e a todos os movimentos retidos para demonstrarem um compromisso renovado para as negociações e um dialogo político com vista a promover um processo de paz inclusivo, bem como uma resolução pacífica de todas as queixas pendentes.

e) Implementação do Roteiro da UA sobre o Sudão-Sudão do Sul

82. Os esforços sustentados prosseguiram relativamente à situação entre o Sudão e o Sudão do Sul na base do Roteiro adoptado pelo CPS na sua reunião realizada a 24 de Abril de 2012. De recordar que o Roteiro solicitou as Partes Sudanesas para implementarem varias medidas, dentro de um prazo definido claramente, para cessar com as hostilidades e reduzir a tensão, restaurar a confiança entre os dois Estados e concluir as negociações sobre as questões pendentes sob a facilitação do Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP), dentro de três meses. O Conselho de Segurança da NU endossou o Roteiro de 2 de Maio de 2012, através da adopção da resolução 2046 (2012). Consequentemente, o dia 2 de Agosto de 2012 foi fixado como o prazo para a conclusão destas obrigações. Durante a sua Sessão Ordinária de Julho de 2012, a

Conferencia salientou a necessidade e obrigação das Partes respeitarem os seus compromissos totalmente e rapidamente ao abrigo do Roteiro.

83. De Maio a Agosto 2012, o AUHIP convocou as Partes nas negociações que focalizaram a implementação de todos os aspectos do Roteiro. Em 3 de Agosto de 2012, as Partes alcançaram um Acordo sobre os termos de pagamento segundo o qual o Sudão do Sul deveria iniciar a exportação de petróleo através do Porto do Sudão. As Partes acordaram igualmente nomear uma Equipa de Peritos para dar um parecer decisivo mas não vinculativo sobre o estatuto das cinco áreas fronteiriças disputadas. Na sua reunião realizada a 3 de Agosto de 2012, o CPS felicitou os Acordos alcançados e prorrogaram o prazo para a apresentação do relatório sobre a implementação do Roteiro pelo AUHIP em 22 de Setembro de 2012.

84. As negociações continuaram durante o mês de Setembro de 2012, sob os auspícios do AUHIP. Apoiado pela Etiópia, como Presidente da IGAD, o AUHIP convocou uma Cimeira entre o Presidente Omar Hassan al-Bashir e o Presidente Salva Kiir Maïoardit, em Adis Abeba, de 23 a 27 de Setembro de 2012. Em 27 de Setembro, os dois Presidentes assinaram vários Acordos cobrindo disposições de segurança, petróleo e disposições financeiras transicionais, o estatuto de nacionais de um país residente no outro, benefícios pós-serviço, comércio, transacções bancárias, questões fronteiriças e outras questões económicas, bem como um Acordo de Cooperação geral. Contudo, ainda restam duas questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul, nomeadamente, a determinação do estatuto final de Abyei e a resolução do estatuto das zonas fronteiriças disputadas e reivindicadas. O Painel forneceu recomendações sobre a resolução destas questões pendentes.

85. Nesta base, o CPS, na sua reunião de 24 de Outubro de 2012, aceitou a Proposta sobre o Estatuto Final da Área de Abyei submetida pelo AUHIP em 21 de Setembro de 2012, solicitou as Partes para se comprometerem na base da Proposta do AUHIP, com vista a alcançar consenso sobre o Estatuto Final da Área de Abyei, dentro de um período de seis semanas, e decidiu que, na eventualidade das Partes falharem a alcançar um acordo, o CPS endossaria a 21 de Setembro de 2012 uma Proposta como final e obrigatória, e procuraria obter o endosso do mesmo pelo Conselho de Segurança da NU. Entretanto, o CPS apelou as Partes para implementarem imediatamente, e integralmente, o Acordo sobre as Disposições Temporárias para a Administração e Segurança da Área de Abyei. O CPS apelou também as Partes para chegarem a um acordo, dentro de duas semanas, sobre o processo de negociações para uma resolução das Cinco Áreas Disputadas, bem como quaisquer outras Áreas Fronteiriças Disputadas, e decidiram que, na eventualidade das Partes falharem a alcançar um acordo, o AUHIP apresentaria uma Proposta ao CPS, que fará depois uma determinação final e obrigatória e procurara obter o endosso do Conselho de Segurança da NU nesse sentido.

86. Além disso, o Roteiro de 24 Abril apelou o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão do Norte (SPLM-North) para iniciar negociações a fim de encontrar uma resolução pacífica do conflito nas Duas Áreas do Nilo Azul e do Kordofan do Sul na base do Acordo Quadro de 28 de Junho de 2011, facilitado pelo AUHIP e, com o apoio do Presidente da IGAD, e facilitar o acesso humanitário

às populações afectadas pela guerra baseadas na Proposta feita pelo grupo “tripartida” da UA, Nações Unidas e Liga dos Estados Árabes em Fevereiro de 2012. Não se fixaram prazos para estas acções mas o CPS enfatizou a sua urgência. As Partes reuniram bilateralmente com o AUHIP e o Presidente da IGAD mas não se reuniram face a face. Em 3 e 5 de Agosto respectivamente, o SPLM-N e o GoS assinaram um Memorando sobre a implementação da Proposta Tripartida, mas não havia progresso na implementação ao longo das semanas seguintes. Confrontado com esta falta de progresso, o CPS decidiu na sua reunião de 24 de Outubro de 2012 que as Partes deveriam iniciar negociações directas o mais tardar até 10 de Novembro de 2012, facilitado pelo AUHIP com o apoio do Presidente da IGAD. Fez-lhes igualmente um apelo para facilitar acesso humanitário as populações afectadas.

87. Na sequência do comunicado do CPS de 24 de Outubro de 2012, a 6 de Novembro de 2012, o Presidente do AUHIP endereçou uma carta ao Presidente Bashir e ao Presidente Kiir, exortando-os para implementarem o Acordo Temporário de Abyei e reunirem a fim de discutir o Estatuto Final da Área de Abyei na base da Proposta do AUHIP. Infelizmente, as Partes não puderam discutir nem sobre a implementação do Acordo Temporário de Abyei ou o Estatuto Final da Área de Abyei durante o período de seis semanas. As várias tentativas para convocar o Comité de Supervisão Conjunto de Abyei (AJOC) foram sem sucesso. O AUHIP encorajou as Partes, através dos seus Principais Negociadores, para resolver a questão do processo para a negociação das Áreas Fronteiriças Reivindicadas e Disputadas e a questão pendente da extensão da área disputada de Kaka. Contudo, as Partes não se reuniram para continuar as suas negociações sobre estas questões. Além disso, não se registam progressos nos conflitos armados nas Duas Áreas, que continuam a aumentar, originando um aumento de acusações e contra-acusações de cada lado. Não houve negociações face a face. De modo geral, as negociações sobre as questões pendentes, bem como a implementação dos Acordos de Setembro, foram impedidas pela questão chave do conflito nas Duas Áreas, que afectou o compromisso político entre os dois Estados.

88. Foi neste contexto que o CPS, na sua 349ª reunião de 14 de Dezembro de 2012, analisou a implementação do Roteiro da UA de 24 de Abril de 2012. Relativamente a Abyei, o CPS reiterou a sua aprovação da Proposta de 21 de Setembro pelo AUHIP, apelou urgentemente para a realização da cimeira antecipada entre os dois Presidentes, e decidiu diferir a determinação sobre a questão do Estatuto Final de Abyei para a sua reunião a nível dos Chefes de Estado e de Governo, que será realizada a margem da Sessão Ordinária da Conferência da União, em Adis Abeba, em Janeiro 2013. Sobre as questões fronteiriças, o CPS, apelou as Partes para resolverem estas questões pendentes, e deferiu esta decisão sobre estas questões pendentes dos resultados da Cimeira entre o Presidente da República do Sudão e o Presidente da República do Sudão do Sul. Finalmente, no que respeita as Duas Áreas o CPS repetiu a sua advertência de que as conversações políticas directas deveriam iniciar imediatamente, facilitado pelo AUHIP com o apoio do presidente da IGAD.

89. Após a reunião do CPS, o Mecanismo Conjunto de Política e Segurança (JPSM) reuniu em sessão extraordinária em Adis Abeba a 19 de Dezembro de 2012, sob os auspícios do AUHIP, e debateu sobre a implementação dos acordos

de segurança assinados a 27 Setembro 2012. Após devida consideração sobre os obstáculos que impediram o progresso, incluindo a falta de retirada incondicional das forças do seu lado da fronteira, o JPSM renovou o compromisso dos dois Estados aos Acordos de Setembro 2012 e acordou sobre um calendário para a operacionalização das várias disposições de segurança. Em particular, o JPSM acordou sobre o calendário para a activação do Comité ad-hoc e o Mecanismo Conjunto de Fiscalização e Supervisão de Fronteiras (JBVMM). Em conformidade, o JPSM prometeu trabalhar estreitamente com a UNISFA com vista a determinar prioridades relacionadas com a operacionalização da Zona Desmilitarizada de Segurança das Fronteiras (SDBZ) e para prestar assistência no desdobramento do JBVMM. O JPSM acordou também que cada Estado tinha o direito de apresentar aos Co-Presidentes do JPSM quaisquer preocupações ou queixas relacionadas com a implementação dos compromissos conjuntos de segurança. A próxima reunião do JPSM está prevista para 13 de Janeiro de 2013 a fim de rever os progressos feitos.

90. Foi neste contexto que o Presidente da IGAD, Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn da Etiópia, visitou Cartum e Juba em 26 e 27 de Dezembro de 2012, respectivamente. Ele aproveitou a ocasião para comprometer os Presidentes do Sudão e do Sudão do Sul directamente nas questões relevantes, e endereçou um convite a ambos para assistirem à Cimeira de Adis Abeba.

91. Esta Cimeira entre o Presidente Omar Hassan Al Bashir e o Presidente Salva Kiir Maioardit foi convocada pelo AUHIP em Adis Abeba em 4 e 5 de Janeiro de 2013, com o apoio do Presidente da IGAD. A reunião registou progressos sobre todas as questões em discussão. Os dois Presidentes acordaram no que respeita a implementação total e incondicional do Acordo sobre as Disposições Temporárias para a Administração e Segurança na Área de Abyei, após a qual eles deverão se reunir de novo para analisar o estatuto final de Abyei. Eles acordaram sobre o seguimento da matriz de implementação sobre questões de segurança. Neste contexto, o Presidente do Sudão do Sul reafirmou que o Sudão do Sul desintegrou-se do SPLM-Norte. Os Presidentes acordaram proceder com a resolução das áreas disputadas acelerando o trabalho da Equipa de Peritos da UA, após o qual cada parte poderá fazer reivindicações adicionais sobre as áreas.

92. Em conclusão, e embora felicitando os progressos feitos, a Conferencia poderia exortar as Partes para não desperdiçarem as expectativas geradas tanto nos seus respectivos países como no resto do continente através dos Acordos de 27 de Setembro de 2012. Deste modo, não promoveriam apenas a paz, segurança e prosperidade nos seus países respectivos, mas também contribuíram grandemente para a estabilidade na região e além. É evidente que uma resolução do conflito nas Duas Áreas contribuiria para aumentar a paz, segurança e estabilidade entre os dois países. A Conferencia pode por conseguinte, exortar que as negociações directas entre o GoS e o SPLM-N deverão ser convocadas imediatamente.

f) República Democrática do Congo e Região dos Grandes Lagos

93. A situação no leste da RDC continua a ser uma questão muito preocupante, devido nomeadamente à rebelião armada perpetrada pelo dito movimento M23. Os desenvolvimentos destes últimos meses constituíram um grave retrocesso para o

processo de estabilização e consolidação de paz na RDC, do mesmo modo que eles afectaram a segurança e estabilidade regionais. Importa igualmente relevar as consequências humanitárias induzidas pela crise, com a deslocação forçada de centena de milhares de pessoas, bem como os abusos perpetrados contra a população civil, em particular o recrutamento forçado de crianças e as violências sexuais contra as mulheres, cuja banalização interpela a nossa União e apela para uma acção rápida e firme.

94. Durante o período em análise, envidaram-se esforços para fazer face à deterioração da situação no terreno e facilitar o lançamento de um processo político, a fim de alcançar uma resolução duradoura para a **crise**. Foi assim que os Chefes de Estado e de Governo da Conferencia Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) se reuniram em Adis Abeba, a 15 de Julho de 2012, a margem da sessão ordinária da Conferencia da União. Por esta ocasião, eles reiteraram o compromisso tomado nos termos da Declaração de Dar-es-Salam de 20 de Novembro de 2004 de fazer a região um espaço de paz e segurança duradoura, estabilidade política e social, crescimento e desenvolvimento partilhado no quadro de um destino comum. A este respeito, eles solicitaram às estruturas apropriadas da CIRGL de trabalhar com a UA e as Nações Unidas com vista a estabelecer imediatamente uma Força Internacional neutra (FIN) para erradicar o M23, as FDLR, bem como todas as outras forças negativas operando no Leste da RDC, e garantir segurança nas zonas fronteiriças.

95. Em seguida, a CIRGL realizou em Kampala, quatro Cimeiras Extraordinárias : a 7 e 8 de Agosto de 2012 ; a 8 de Setembro de 2012 ; a 7 de Outubro de 2012 ; e a 24 de Novembro de 2012. As decisões tomadas durante estas reuniões debruçaram-se sobre a operacionalização e o desdobramento da FIN para erradicar as forças negativas que operam no Leste da RDC, nomeadamente o M23 e as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), e a criação de um Mecanismo Conjunto de Fiscalização alargado (MCVE) ; a mobilização de apoio da comunidade internacional, principalmente as Nações Unidas ; e o encorajamento de um diálogo entre o Governo e o M23, a fim de avaliar e tomar em conta todas as reivindicações legítimas que teriam este movimento.

96. No terreno, após a ruptura, a 15 de Novembro de 2012, do cessar-fogo que o M23 tinha aceitado observar a contar do mês de Agosto de 2012, a CIRGL, durante a sua Cimeira Extraordinária de 24 de Novembro de 2012, adoptou uma série de medidas visando acelerar a resolução da crise, as quais foram endossadas pelo CPS, a 26 de Novembro de 2012. A Cimeira da CIRGL teve lugar depois do encontro entre os Presidentes Yoweri Museveni, Joseph Kabila e Paul Kagamé, igualmente em Kampala, a 21 de Novembro de 2012. Os três Chefes de Estado endereçaram uma mensagem firme ao M23, exortando-o a cessar com a sua ofensiva e a retirar-se de Goma.

97. Registaram-se progressos na implementação das decisões acordadas pela Cimeira da CIRGL. Foi assim que o M23 retirou os seus combatentes da cidade de Goma, onde tinha tomado o controlo a favor da ofensiva que ele tinha lançado, sem todavia respeitar a distância de 20 km indispensável para ao estabelecimento da zona tampão prevista pelas disposições de segurança adoptadas pela CIRGL. Do mesmo modo, um diálogo directo entre o Governo congolês e o M23 teve lugar em

Kampala, de 9 a 23 de Dezembro de 2012, com a facilitação do Uganda. Esta primeira ronda de discussões debruçou-se mais sobre o procedimento do que as questões de fundo. As conversações deverão ser retomadas continuamente em Kampala.

98. A Comissão participou activamente nas diferentes reuniões da CIRGL, e a prestou apoio necessário à implementação das decisões tomadas. A Presidente da Comissão nomeou um Representante Especial para a Região dos Grandes Lagos, na pessoa do Embaixador Boubacar Gaoussou Diarra do Mali, que iniciou consultas há muito tempo com os diferentes actores regionais envolvidos, incluindo visitas a Kinshasa e a Kigali, de 3 a 8 de Dezembro de 2012. O Comissário de Paz e Segurança deslocou-se igualmente a RDC, onde visitou Kinshasa e Goma, e ao Ruanda, no início do mês de Janeiro de 2013, para discutir a situação na região e dos esforços que visam promover a paz, a segurança e estabilidade. Além disso, a UA participou as conversações entre o Governo da RDC e o M23, em Kampala.

99. Na sequência das decisões pertinentes do CPS, em particular durante a sua 346ª reunião decorrida a 10 de Dezembro de 2012, tomou iniciativas com vista a harmonizar a abordagem para o desdobramento da FIN e o reforço do MCVE, bem como a mobilizar o apoio internacional requerido. De forma mais específica, a Comissão organizou em Adis Abeba, a 27 e 28 de Dezembro de 2012, uma reunião consultiva reagrupando todos os actores envolvidos. A mesma analisou opções sobre a implementação operacional da FIN, que poderia ser desdobrada como uma força distinta da Missão das Nações Unidas para a estabilização na RDC (MONUSCO) ou integrada no seio da MONUSCO, conservando no entanto a sua identidade e capacidade de cumprir o seu mandato, tal como previsto nas decisões pertinentes da CIRGL. As discussões debruçaram-se igualmente sobre as opções relativas ao reforço do MCVE, que poderia ser mantido na sua forma actual ou se transforma em estrutura integral da UA directamente mandatada pelo CPS. A Comissão organizou igualmente em Adis Abeba, a 8 de Janeiro de 2013, uma reunião ministerial, a fim de analisar posteriormente as possíveis opções e tomar conhecimento das propostas da parte do Conselheiro Militar das Nações Unidas, General Babacar Gaye. Esta reunião, na qual participaram Ministros e Chefes de Estado-Maior de diferentes países membros da CIRGL e da SADC, deu origem à emergência de uma tendência para a concepção de uma opção articulando organicamente a FIN como componente da MONUSCO, cujo mandato será revisto para ser prorrogado. As consultas prosseguem entre as Nações Unidas e os países da região, bem como com a UA, sobre as questões em debate a este respeito.

100. Além disso, de realçar a decisão tomada pela SADC, durante a Cimeira Extraordinária, realizada em Dar-es-Salam, a 8 de Dezembro de 2012, de desdobrar a sua brigada de intervenção no Leste da RDC no quadro da FIN. Do mesmo modo, o Governo da RDC deu uma contribuição financeira de 20 milhões de dólares com vista a facilitar a operacionalização rápida da FIN. Enfim, a Tanzânia e a África do Sul disponibilizaram-se respectivamente para contribuir para a operacionalização da FIN, com tropas e material logístico.

101. A situação no Leste da RDC, os sofrimentos infligidos à população civil, em particular os crimes sexuais perpetrados contra as mulheres, e os riscos inerentes para a segurança e estabilidade regionais requerem a mobilização do continente em

geral. Não se devem poupar esforços para por fim a esta situação. A este respeito, a presente sessão da Conferencia poderia reafirmar o seu apoio às iniciativas tomadas no quadro da CIRGL e da SADC, bem como às medidas lançadas pela Comissão, incluindo o pedido feito à Comissão Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos para que ela possa fazer um inquérito sobre as violações massivas dos direitos humanos no Leste da RDC com vista a permitir ao CPS e às outras instâncias competentes da UA de tomar medidas para fazer face à situação. Importa igualmente, para além da acção imediata de superar os desafios actuais, iniciar esforços de estabilização a longo prazo da Região dos Grandes Lagos. A Conferencia poderia prestar o seu apoio às iniciativas que a Presidente da Comissão se propõe realizar a este respeito. Do mesmo modo, também é importante que a Conferência realce o compromisso da UA pelo respeito da unidade e integridade territorial da RDC, bem como a sua rejeição absoluta do recurso à rebelião armada para destacar as reivindicações políticas.

g) República Centro-Africana

102. A sessão da Conferência no passado mês de Julho tinha analisado a situação na RCA no contexto dos esforços visando amenizar a tensão política consecutiva às eleições legislativas e presidenciais de Janeiro e Março de 2011, após a contestação da oposição quanto à regularidade. Os esforços envidados a este respeito culminaram com a adopção consensual pelos actores centro-africanos, em Setembro de 2012, de um projecto de código eleitoral, bem como o lançamento de um diálogo político. O contexto foi igualmente marcado por uma situação de segurança preocupante, bem como pela execução difícil dos programas de desarmamento, desmobilização e reinserção (DDR) e da reforma do sector de segurança (RSS).

103. O período em análise foi marcado por uma grave deterioração da situação no terreno na República Centro-Africana (RCA). Com efeito, a partir de meados de Dezembro, uma coligação de movimentos político-militares, denominada SELEKA, lançou uma ofensiva contra as Forças Armadas Centro-Africanas (FACA). A SELEKA ocupou rapidamente a parte nordeste do país e avançou em direcção da capital, Bangui.

104. A Comissão reagiu prontamente a esta situação. Foi assim que ela publicou vários comunicados nos quais assinalou a sua grave preocupação; reafirmou os princípios fundamentais da UA sobre a rejeição do recurso à rebelião armada para fazer prevalecer reivindicações políticas, bem como a tomada de poder pela força; expressou o seu apoio aos esforços da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e lançou um apelo à Comunidade Internacional para que ela preste todo o apoio necessário à acção da região e dos seus dirigentes. A Comissão indicou além disso a sua disponibilidade de mobilizar, além da região – evidentemente em coordenação com esta última e em apoio aos seus esforços qualquer assistência necessária para ajudar a fazer face à situação.

105. A este respeito, a Comissão organizou consultas com os representantes dos países da região em Adis Abeba; outros Estados Africanos, nomeadamente o Uganda na sua qualidade de país que assegura a presidência em exercício da Conferencia Internacional na região dos Grandes Lagos (CIRGL); e os membros

permanentes do Conselho de Segurança. No tocante a este ultimo ponto, o objectivo era de mobilizar o seu apoio aos esforços da CEEAC. Em Bangui, o Gabinete de Ligação da UA trabalhou estreitamente com a Representante Especial das Nações Unidas e a CEEAC, com vista a facilitar o lançamento das negociações decididas pela CEEAC. Para esse efeito, realizaram-se consultas com o Presidente François Bozizé e os outros actores centro-africanos, bem como com o Presidente Denis Sassou Nguesso, que preside o Comité de Seguimento da CEEAC sobre a RCA.

106. Por outro lado, o Presidente em Exercício da União, o Presidente Thomas Yayi Boni, deslocou-se a Bangui, a 30 de Dezembro de 2012, para facilitar a busca de uma resolução. Por esta ocasião, o Presidente François Bozizé reafirmou a sua disposição para negociar, bem como o seu compromisso de não se fazer representar no fim do seu mandato actual, que expira em 2016.

107. Importa realçar que a região se envolveu activa e prontamente com vista a estabilizar a situação no terreno e facilitar a retomada das conversações de paz. Foi neste quadro que se realizou em Djamena, a 21 de Dezembro de 2012, sob a presidência de S.E. Idriss Débyltno, que assegura a presidência em exercício da CEEAC, uma Cimeira Extraordinária desta organização. Esta Cimeira prescreveu as decisões requeridas para acelerar a resolução da crise, sublinhando a necessidade de uma resolução política e solicitando a SELEKA de prescrever a sua antecipação. Na sequência da Cimeira de Djamena, os países da região desdobraram forças suplementares no quadro da FOMAC. Esta reacção rápida permitiu prescrever o progresso das forças rebeldes e estabilizar a linha da frente. Em 28 de Dezembro de 2012, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEEAC reuniram-se em sessão extraordinária em Libreville para analisar a situação, à luz dos desenvolvimentos ocorridos desde a Cimeira de Djamena, e assegurar o seguimento das decisões que tinham sido tomadas na altura. A Presidente da Comissão delegou por essa ocasião, um enviado especial a Libreville na pessoa do seu Representante Especial para a região dos Grandes Lagos.

108. Além disso, a CEEAC decidiu sobre a realização das conversações de paz em Libreville. Estas conversações realizaram-se de 9 a 11 de Janeiro de 2013. Na sua última fase, foram marcadas pela implicação directa dos Chefes de Estado da região que se reuniram em Libreville e conduziram as consultas com as partes centro-africanas. As negociações culminaram com a assinatura de um Acordo político, de um cessar-fogo e de uma Declaração de princípios. Em particular as partes centro-africanas acordaram sobre a nomeação de um novo Primeiro-Ministro proveniente da Oposição e da criação de um Governo de União Nacional inclusivo com uma duração de 12 meses, a manutenção da Assembleia Nacional nas suas prerrogativas até à realização das eleições legislativas antecipadas.

109. A prioridade é de trabalhar para a implementação dos compromissos tomados. As partes centro-africanas devem trabalhar para a aplicação rápida e de boa-fé dos acordos concluídos. Mas é evidente que sem um apoio internacional, estes esforços não podem ser alcançados. Em relação ao precedente, o vosso Conselho poderia felicitar os acordos concluídos em Libreville e manifestar o seu apreço à CEEAC e aos dirigentes da região, bem como ao Presidente em exercício da UA, pelo seu papel determinante. O Conselho poderia lançar um apelo aos

Estados-membros e à Comunidade Internacional para que apoiem plenamente a implementação dos Acordos concluídos.

110. Além disso, importa ter em mente que os desenvolvimentos que tiveram lugar na RCA realçam o perigo do recurso cada vez mais frequente à rebelião armada para fazer prevalecer as reivindicações políticas. É evidente que se trata de um problema que o Conselho e as outras instâncias competentes da UA devem combater face à ameaça que este estado de facto constitui para a estabilidade e segurança do continente, bem como para os processos de democratização em curso.

h) Luta contra o Exército de Resistência do Senhor

111. A Comissão continuou a implementar a Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (ICR - LRA). Após a transferência dos contingentes da República Centro-Africano, do Uganda e do Sudão do Sul (perfazendo um total de 2.850 elementos) para a Força Regional de Intervenção (FRI), em Setembro de 2012, os Chefes de Estado-Maior dos quatro países afectados pelas atrocidades do LRA reuniram-se em Bangui, no dia 20 de Dezembro de 2012, para analisar os documentos da missão da iniciativa. Posteriormente, os Ministros da Defesa dos países em causa reuniram-se em Adis Abeba, no dia 15 de Janeiro de 2013, no quadro do Mecanismo Conjunto de Coordenação, presidido pelo Comissário para a Paz e Segurança. Nesta ocasião, eles aprovaram os documentos de missão da Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (ICR - LRA), nomeadamente as Orientações Estratégicas, o CONOPS, as regras de compromisso e os procedimentos operacionais permanentes. Durante esta reunião, o Sul do Sudão comprometeu-se a fornecer tropas adicionais para a FRI 500, enquanto a RDC comprometeu-se a disponibilizar um contingente de 500 elementos antes do final do mês de Janeiro de 2013. Além disso, o Enviado Especial da Presidente da Comissão para o LRA continuou sua interacção com os vários actores envolvidos, a fim de reforçar a eficácia das medidas tomadas.

112. Embora se tenham envidado esforços por parte de todos os intervenientes, em certa medida, para travar as actividades criminosas do LRA, este grupo terrorista está longe de ser erradicado. Daí a necessidade de se envidar mais esforços para aproveitar todo o potencial da Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (ICR - LRA). A Conferência pode orgulhar-se das conquistas alcançadas até ao momento, agradecer a UE, as Nações Unidas e os Estados Unidos pela assistência providenciada e salientar seu apoio na criação de um fórum de apoio à Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (ICR - LRA), para acelerar a mobilização de apoio financeiro e logístico necessário com vista a realização dos objectivos fixados em África e no resto do mundo.

i) Libéria

113. A Libéria continuou a fazer progressos notáveis em diferentes áreas, em particular na recuperação económica. O país tem mantido uma taxa de crescimento económico positiva e empreendeu uma política encorajadora para atrair o

investimento estrangeiro. A cooperação também continuou com a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e a coordenação com o Governo da Costa do Marfim para vigiar a fronteira entre os dois países, que tem sido volátil nos últimos meses.

114. Contudo, há uma série de desafios que se mantêm, sendo o mais urgente deles o desemprego. O reforço da reforma do sector de segurança e as iniciativas de promoção do Estado de direito são igualmente importantes. Além disso, o processo de transição em curso pela Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), que inclui a passagem das responsabilidades de segurança para o Governo da Libéria e a consequente necessidade de preencher as lacunas de segurança que serão criadas, exigirão um planeamento muito cuidadoso e o apoio de todas as partes intervenientes e dos parceiros, a fim de garantir o êxito do processo de retirada gradual. Finalmente, espera-se que a nova Visão Nacional Lançada até 2030, com Roteiro alinhado para a reconciliação nacional e a Agenda para a Transformação irá promover ainda mais a paz, segurança, reconciliação e o desenvolvimento económico nos próximos anos.

j) Costa do Marfim

115. As autoridades da Costa do Marfim prosseguiram os seus esforços para consolidar a paz e reconstruir o país. É importante realçar que a Costa do Marfim continuou a ter bom desempenho económico e reformas estruturais e de gestão, bem como a empreender várias obras de infra-estruturas públicas. Ao mesmo tempo, o governo levou a cabo uma ofensiva diplomática que resultou em várias manifestações de interesse por parte dos parceiros tradicionais e de novos potenciais investidores.

116. A nível da segurança, foram envidados esforços para organizar as forças de defesa e segurança, incluindo a criação de um Conselho de Segurança Nacional, a adopção da estratégia nacional de reforma do sector de segurança e a criação de uma autoridade para o desarmamento, desmobilização e reintegração (ADDR). No entanto, no 2º semestre de 2012, a Costa do Marfim foi alvo de uma série de ataques de grupos armados não identificados contra as posições das forças do governo em várias localidades do país. Apesar destas tentativas de desestabilização, o índice de insegurança diminuiu significativamente, assim como o número de refugiados e deslocados internos.

117. Houve um compromisso para a reconciliação nacional, principalmente através de consultas conduzidas pela Comissão Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR) e o diálogo entre o Governo e os partidos da oposição, bem como apelos de paz e reconciliação lançados pelo Chefe de Estado às populações durante as suas visitas no interior do país. A Justiça da Costa do Marfim também contribuiu para a desanuviamento político, ao libertar provisoriamente indivíduos próximos ao antigo Presidente Laurent Gbagbo, acusados de crimes relacionados com a crise pós-eleitoral, após as eleições presidenciais em finais de 2010.

118. A Conferência só poderia felicitar-se com os resultados alcançados na reconstrução e recuperação económica. Ao mesmo tempo, a Conferência poderia encorajar a continuação do diálogo político entre todas as partes envolvidas para

consolidar os esforços de reconciliação nacional e os progressos realizados no domínio da segurança e da Justiça.

k) Mali e Sahel

119. Durante o período em análise, a crise multidimensional no Mali e a situação no Sahel em geral, continuaram a mobilizar a atenção e os esforços de África, bem como do resto da comunidade internacional. A Comissão envidou todos os esforços necessários para a implementação das decisões pertinentes da Conferência da União e do CPS sobre o Mali, incluindo a Declaração solene adoptada pela Cimeira de 16 de Julho de 2012.

120. Uma atenção especial foi prestada na elaboração dos documentos exigidos pelo Conselho de Segurança, nos termos das suas resoluções 2056 (2012) e 2071 (2012) de 5 de Julho e de 12 de Outubro de 2012, respectivamente, para responder aos pedidos da CEDEAO e da UA para fazer face à situação no Mali. Neste contexto, a Comissão conduziu o processo de elaboração de um conceito estratégico sobre a resolução das crises no Mali. Este documento, que tem sido objecto de amplas consultas, explica as várias medidas a tomar para acelerar a resolução das crises no Mali e para estruturar a acção do continente e do resto da comunidade internacional relativamente à situação no Mali. O documento centra-se nos seguintes elementos: processo político e governação, restauração da autoridade do Estado e preservação da unidade nacional e integridade do Mali; organização de eleições livres, justas e transparentes; reforma do sector da defesa e segurança; estabilização, Justiça e apoio aos esforços pós-conflito e de consolidação da paz; abordagem dos desafios estruturais da região sahelosaariana, incluindo o terrorismo e o crime organizado transnacional; e a ajuda humanitária, o retorno dos deslocados ou refugiados e a restauração de serviços sociais básicos; a coordenação regional e internacional e o acompanhamento. O conceito estratégico foi aprovado na reunião do grupo de apoio e acompanhamento, que co-preside a UA, a CEDEAO e as Nações Unidas, realizada em Bamaco, no dia 19 de Outubro de 2012. A Presidente da Comissão participou da reunião, sendo sua primeira viagem internacional depois de tomar posse a 15 de Outubro de 2012. O conceito estratégico foi aprovado pelo CPS, no dia 24 de Outubro de 2012, e transmitido imediatamente ao Conselho de Segurança, através do Secretário-geral das Nações Unidas.

121. Da mesma forma, a Comissão, em estreita coordenação com a CEDEAO, os principais países da região, as Nações Unidas e outros parceiros, empenhou-se activamente na elaboração de um conceito de operações (CONOPS) harmonizado para o envio de uma operação no Mali, a pedido das autoridades malianas. O projecto CONOPS harmonizado foi aprovado pela CEDEAO e pelo CPS, no dia 11 e 13 de Novembro de 2012, respectivamente. Além disso, prevê o envio de uma Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA), com 3.300 homens, para ajudar a formação e a reestruturação das forças de defesa e de segurança malianas e a restauração da autoridade do Estado em todo o território nacional. No seu pedido ao Conselho de segurança, o CPS solicitou apoio ao Conceito Estratégico; autorização do envio da Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA) e a criação de um módulo de apoio financiado por

contribuições estatutárias; bem como a criação de um fundo de afectação especial para apoiar as Forças de defesa e de segurança do Mali.

122. Em 20 de Dezembro de 2012, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 2085 (2012). Nesta resolução, o Conselho de Segurança autorizou o envio da Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA) ao Mali, para um período inicial de um ano. O Conselho de Segurança apelou aos Estados-membros e às organizações internacionais a fornecerem recursos financeiros e contribuições em espécie, necessários para a Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA); solicitou ao Secretário-geral das Nações Unidas a criar um Fundo Fiduciário para a Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA) e para as forças de defesa e de segurança malianas; e solicitou ao Secretário-geral a prestar o seu apoio para a realização de uma conferência de doadores para solicitar contribuições para o Fundo Fiduciário. Ao mesmo tempo, foram envidados esforços de mediação com os grupos rebeldes do Mali que estão dispostos a negociar com base nos princípios da UA, incluindo o respeito escrupuloso da unidade e da integridade territorial do Mali, a rejeição do terrorismo e do crime organizado, bem como a renúncia à luta armada como forma de fazer valer as suas reivindicações políticas.

123. De facto, a instauração de uma transição inclusiva sob a autoridade do Presidente interino, Sr. Dioncounda Traoré, é fundamental para reforçar o sentimento de apropriação do Mali na procura de uma solução duradoura para a crise actual. Nesta perspectiva, tanto o CPS como a Comissão, em conjunto com a CEDEAO e as Nações Unidas, continuaram a dar o seu apoio às autoridades de transição e a exortá-los, assim como a todos os outros actores no Mali, a envidarem esforços para chegar a um consenso, o mais alargado possível, em relação aos desafios presentes. É neste contexto que uma delegação conjunta UA/CEDEAO/NU/OIF, coordenada pelo Comissário para a Paz e Segurança, reuniu-se em Bamaco no final do mês de Julho de 2012, na altura em que o Presidente Dioncounda Traoré regressava à capital, após o tratamento médico recebido em França, devido a uma agressão física sofrida em Maio de 2012. Da mesma forma, o CPS decidiu, durante a sua reunião de 24 de Outubro de 2012, levantar a medida de suspensão de participação do Mali nas actividades da UA, tendo em conta a formação, no dia 20 de Agosto de 2012, de um Governo de Unidade Nacional.

124. Foi nesta altura em que todos esses esforços estavam em curso que grupos armados terroristas e criminosos lançaram um ataque maciço contra as posições do exército maliano, procurando claramente ocupar o bloqueio que constitui a localidade de Sévaré, que permite o acesso à cidade estratégica de Mopti, que conduz directamente à Bamaco. A pedido do Governo do Mali e no quadro da resolução 2085 (2012), a França lançou a operação Serval para impedir a tentativa de avanço dos grupos armados terrorista e criminosos. Ao mesmo tempo, vários Estados-membros da CEDEAO e outros países do continente tomaram medidas, tanto no sentido de enviar tropas no quadro da Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA), ou para, tratando-se de vizinhos do Mali, reforçar a vigilância das suas fronteiras, por forma a impedir qualquer movimento armado ou de combatentes a favor dos grupos armados terroristas e criminosos.

125. O Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se várias vezes para analisar a evolução da situação. No dia 11 de Janeiro de 2013, a Presidente da Comissão emitiu um comunicado em que condena firmemente os ataques dos grupos armados terroristas e criminosos no Norte do Mali; exprime a solidariedade da UA ao Mali; e apelou a todos os Estados-membros da UA a prestarem apoio necessários em termos logístico, financeiro e de reforço das capacidades às Forças de Defesa e de Segurança do Mali, em conformidade com as decisões relevantes do CPS e as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, a Presidente da Comissão reiterou o apoio da UA às autoridades malianas de transição, em particular ao Presidente Dioncounda Traoré e ao Primeiro-ministro Diango Cissoko. Na sua reunião de 14 de Janeiro de 2013, o CPS pronunciou-se no mesmo sentido, recordando em particular que tinha, de forma repetida, chamado a atenção para a gravidade da situação no Norte do Mali e a necessidade de apoio internacional para os esforços de África. A este respeito, o Conselho reconheceu a assistência prestada pela França, a pedido das autoridades malianas e no quadro da resolução 2085 (2012) do Conselho de segurança das Nações Unidas e exprimiu igualmente a sua gratidão a todos os outros parceiros da UA que apoiam o Mali. O Conselho encorajou as partes envolvidas a prosseguirem e intensificarem os seus esforços e apoio.

126. Conforme indicado no Conceito Estratégico, a resolução das crises do Mali requer uma abordagem holística. É necessário envidar simultaneamente esforços para promover um consenso nacional, o mais largo possível, entre os malianos sobre os desafios que enfrenta o país, bem como uma governação democrática e trabalhar para o envio rápido da Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA) para superar os desafios de segurança no Norte do país e restaurar a autoridade do Estado em todo o território nacional. A UA está determinada a não se poupar a esforços para acelerar a resolução da grave crise enfrentada pelo Mali e contribuir para a estabilização da região do Sahel. É neste contexto que a Presidente da Comissão designou o antigo Presidente Pierre Buyoya como seu Alto Representante para o Mali e o Sahel. No âmbito do seu mandato, efectuou missões para o Mali e na região e estabeleceu contactos com os parceiros internacionais, incluindo as Nações Unidas.

127. A Conferência pode reafirmar a total solidariedade da UA ao Mali no presente momento difícil. A Conferência pode apelar a todos os Estados-membros a prestarem o apoio necessário ao Mali, particularmente em termos de apoio logístico, financeiro e de reforço da capacidade das Forças de Defesa e de Segurança e contribuindo de forma adequada, para o seu envio rápido e ao sucesso das operações da Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA). A Conferência poderá igualmente considerar oportuno agradecer os parceiros da UA pelas contribuições já feitas e exortá-los a reforçar o seu apoio, uma vez que a situação no Mali não ameaça apenas este país e a região, mas também o resto de África e não só, inclusive através da criação de um módulo de apoio, financiado por contribuições estatutárias das Nações Unidas. No momento da finalização do presente relatório, a Comissão preparava-se para a Conferência de doadores para as forças de defesa e segurança do Mali, bem como para a Missão Internacional de Apoio ao Mali sob liderança africana (MISMA), prevista para 29 de Janeiro de 2012, em Adis Abeba. É importante, por outro lado, que a Conferência reafirme o seu total apoio ao Presidente Dioncounda Traoré e ao Primeiro-ministro

Diango Cissoko, que têm a responsabilidade de levar a cabo a transição, alertar os membros da antiga Junta que procuram interferir no processo político e comprometer a cadeia de comando militar; e exorta os actores malianos a chegarem a um consenso em relação aos grandes desafios presentes, a fim de atacar as causas profundas da crise do Mali.

I) Guiné Bissau

128. A sessão ordinária de Julho de 2012 da Conferência da União discutiu a situação na Guiné-Bissau no contexto do golpe de Estado que o país sofreu, em Abril de 2012, e das iniciativas internacionais que visam restaurar a ordem constitucional. Importa particularmente ressaltar os esforços envidados pela CEDEAO que resultaram, na sequência das recomendações da Cimeira extraordinária, realizada em Dakar, no dia 3 de Maio de 2012, na instauração de uma transição de doze meses, bem como na designação, na sequência da renovação do Conselho da Assembleia Nacional Popular (ANP) e com base no artigo 71º da Constituição, de Sherifo Nhamadjo então Presidente interino da ANP, como Presidente da República de transição. Ibrahima Sori Djalo, até então 2º Vice-Presidente da ANP, o substituiu como Presidente do Parlamento, enquanto Rui Duarte Barros, tecnocrata e homem de consenso, foi nomeado para o cargo de Primeiro-ministro, após amplas consultas.

129. O impasse criado pela recusa do partido maioritário em integrar as estruturas de transição - posição tomada desde o início - e o bloqueio das actividades da ANP que se seguiram levou o Presidente interino a iniciar um ciclo de consultas com todos os actores na Guiné-Bissau. A partir do mês de Agosto, ele reuniu-se sucessivamente com os militares, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os líderes religiosos, com o apoio do Escritório de Ligação da UA e em estreita colaboração com outros parceiros internacionais. Estas consultas resultaram na realização, no dia 15 de Novembro de 2012, da 1ª sessão da 8ª legislatura da Assembleia Nacional Popular. No dia 21 de Novembro de 2012, o Parlamento aprovou com 78 votos a favor e 21 contra, o projecto de lei sobre a prorrogação do seu mandato até o final da transição e antecipando o fim da legislatura, portanto, para 28 de Novembro de 2012. Da mesma forma, no dia 23 de Novembro de 2012, os dois maiores partidos políticos, nomeadamente o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) e o Partido da Renovação Social (PRS), chegaram a um acordo sobre a atribuição de postos da Mesa do Parlamento. O Presidente executivo do SPE manteve a sua posição como Presidente da Assembleia Nacional Popular, o Secretário-geral do PAIGC, tornou-se o 1º Vice-Presidente, enquanto o 2º Vice-Presidente foi substituído por um antigo Ministro do PAIGC. Ao mesmo tempo, foi criada uma Comissão parlamentar de onze membros, dirigida pelo PAIGC. Esta Comissão, além de ser responsável por propor uma nova versão da Carta de transição susceptível de obter um amplo consenso, deve também sugerir alterações à lei eleitoral, indispensáveis para a integração das reformas previstas no quadro das eleições gerais para o culminar do processo de restauração da ordem constitucional, como o recenseamento biométrico e o procedimento de nomeação do Presidente da Comissão Nacional Eleitoral.

130. Entretanto, no dia 21 de Outubro de 2012, um ataque foi lançado contra a base aérea de Bissalanca, em Bissau, por homens armados liderados pelo capitão Pansau NTchama, um antigo oficial do exército da Guiné-Bissau antes exilado em Portugal. Sete pessoas perderam a vida e o capitão Pansau, que tinha conseguido escapar, logo depois foi preso na Ilha de Bolama. O CPS, na sua 340ª reunião realizada no dia 2 de Novembro de 2012, condenou firmemente este atentado e seus patrocinadores e salientou a necessidade para a continuidade dos esforços regionais e internacionais para consolidar os progressos alcançados na busca de uma solução duradoura para a situação na Guiné-Bissau.

131. De acordo com a decisão da 319ª reunião do CPS, realizada no dia 24 de Abril de 2012, solicitando à Comissão a facilitar a procura de um consenso para uma saída rápida, o Representante Especial da UA na Guiné-Bissau manteve contactos directos com todos os actores nacionais. Da mesma forma, em conjunto com o Representante Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau, empreendeu uma série de consultas com a presidência em exercício da UA e os actores internacionais envolvidos na gestão da crise de Guiné-Bissau, bem como com os dirigentes do regime deposto. Entre em Agosto e Outubro de 2012, os dois Representantes Especiais mantiveram reuniões sucessivamente em Cotonou, Abuja, Adis Abeba, Maputo, Lisboa, Dakar e Luanda. No final do mês de Setembro de 2012, em Nova Iorque, a UA *co-presidiu com uma as Nações Unidas, uma reunião de coordenação* entre a CPLP, a CEDEAO e a UE. Além disso, a Comissão facilitou uma reunião entre os representantes das novas autoridades da Guiné-Bissau e o regime deposto, no dia 29 de Setembro de 2012, em Nova Iorque. Nesta ocasião, as duas partes manifestaram o desejo do envio à Bissau, de uma missão conjunta que compreende a CEDEAO, UA, CPLP, UE e as Nações Unidas para avaliar a situação política e de segurança e elaborar um relatório que deve servir de base de trabalho para posteriores tomadas de iniciativas.

132. Outra reunião das partes realizar-se-á em Adis Abeba. No entanto, só responderam ao convite os representantes do regime deposto em Lisboa, que lhes tinha sido enviado pela Comissão. Além da interacção com estes últimos, no dia 1 de Dezembro de 2012, as cinco organizações envolvidas na gestão da crise da Guiné-Bissau chegaram a um acordo de facilitar a harmonização da abordagem e da acção da comunidade internacional sobre a situação na Guiné-Bissau. Nesta ocasião, os participantes acordaram os termos de referência da missão conjunta proposta. Posteriormente, as cinco organizações internacionais, sob a coordenação da UA, realizaram uma missão conjunta à Bissau, de 16 a 21 de Dezembro de 2012, com o objectivo de avaliar a situação política e de segurança no terreno, analisar as causas subjacentes às crises recorrentes na Guiné-Bissau, facilitar uma resposta internacional mais eficaz à crise. No momento da finalização do presente relatório, as cinco organizações faziam os últimos retoques ao relatório da missão conjunta, no entanto, o CPS da UA recebeu em meados de Janeiro de 2013 um relatório intercalar na base do qual continuou os seus esforços a nível interno e internacional.

133. De facto, a Guiné-Bissau necessita do apoio da comunidade africana e internacional para poder, ao mesmo tempo, garantir a restauração da ordem constitucional e lutar contra os vários flagelos que marcaram a sua história pós-independência, seja a impunidade, o tráfico de drogas, a pesca ilegal ou a interferência crónica do exército na vida política do país. Neste contexto, é

necessário que a transição actual seja a mais inclusiva quanto possível e facilite a organização de eleições credíveis, abertas e transparentes. Deve ser prestada especial atenção à reforma do sector de segurança, uma vez que condiciona a estabilidade do país e a viabilidade dos esforços de democratização, bem como o sucesso das acções necessárias para enfrentar os outros desafios.

Sahara Ocidental

134. Passados seis meses desde a última Cimeira, não se registaram progressos na resolução do diferendo sobre o Saara Ocidental, entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO. Conforme é do conhecimento da Conferência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem manifestado preocupação em relação ao conflito no Saara Ocidental que se arrasta há longos anos.

135. O período em análise foi marcado pela retomada da mediação sobre a situação pelo Embaixador Christopher Ross, enviado pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para o Sara Ocidental. De 27 de Outubro a 11 de Novembro de 2012, ele visitou o Território – pela primeira vez desde que foi nomeado, a 7 de Janeiro de 2009, em Rabat (Marrocos), Tindouf e Argel (Argélia) e Nouakchott (Mauritânia). Na sua reunião informava para o Conselho de Segurança, à porta fechada, o Embaixador Ross afirmou que iria recorrer à diplomacia como meio de envolver as partes numa análise séria e substantiva da questão. A este respeito, ele ressaltou sua intenção para procurar apoio activo do Conselho e de outras partes envolvidas da região. O Enviado Pessoal também declarou a sua intenção de analisar o impacto dos últimos desenvolvimentos na região do Sahel sobre a questão do Saara Ocidental. A determinação do Embaixador Ross da aceitação do *status quo* como uma avaliação errada serviu para recordar de forma gritante a necessidade de todas partes envolvidas cooperarem para a resolução do conflito. A Comissão da UA, por seu lado, continuou a acompanhar de perto a situação e a reiterar a posição africana bem estabelecida sobre a resolução da crise no Sara Ocidental, como reiterado no Plano de Acção adoptado na sessão especial da Conferência de Chefes de Estado e Governo, realizada em 31 de Agosto de 2009.

136. A Conferência poderá considerar oportuno, neste contexto, exortar o Conselho de Segurança a assumir plenamente as suas responsabilidades, adoptando as medidas necessárias para que o povo do Saara Ocidental goze os seus direitos à autodeterminação, em conformidade com o direito internacional. Tal acção decisiva do Conselho de Segurança irá contribuir para a promoção da paz e estabilidade no Território e na região como um todo.

n) Egipto

137. O processo de transição prosseguiu no Egipto, com uma série de acontecimentos durante o período em análise. A este respeito, vale ressaltar a decisão tomada pelo Presidente Mohamed Morsi, no dia 12 de Agosto de 2012, para anular a Declaração Constitucional Complementar (SCD) de 17 de Junho de 2012, através da qual o Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), que governou o país até as eleições presidenciais de Junho de 2012, não tinha qualquer supervisão do Presidente eleito. Além disso, numa Declaração Constitucional (CD) feita a 22 de Novembro de 2012, o Presidente Morsi ordenou a exoneração do

procurador Abdel Meguid Mahmoud do cargo, acusado de ligações com o antigo regime; ordenou uma outra investigação aos supostos autores da violência cometida contra os manifestantes durante os protestos dos 18 dias que forçou Hosni Mubarak a renunciar o poder, e que tinha sido absolvido; dilatou o mandato da Assembleia Constituinte que elabora a Constituição para mais oito semanas, para que esta pudesse ultimar o seu trabalho; e concedeu imunidades a Assembleia contra qualquer ameaça de dissolução, tendo em conta os muitos processos parados no Tribunal.

138. O presidente justificou a sua acção, afirmando que objectivo era proteger a revolução e garantir justiça para as suas vítimas. No entanto, seus adversários protestaram contra a decisão, considerando a acção como uma tentativa de proteger o Presidente contra a fiscalização democrática. Isto levou a uma crescente discórdia entre os diferentes grupos políticos, que resultou em mortes e ferimentos. Num comunicado de imprensa emitido no dia 8 de Dezembro de 2012, a Presidente da Comissão apela a todos os actores egípcios à exercerem máxima contenção e a trabalharem no sentido de obterem um consenso para os superiores interesses da nação. Ela sublinhou a importância do diálogo e a disponibilidade da UA em ajudar neste processo em tudo o que julgassem adequado.

139. Após a conclusão do projecto de constituição, um referendo foi realizado em duas etapas, no dia 15 e 22 de Dezembro de 2012. Em 24 de Dezembro de 2012, o Comité Supremo Eleitoral anunciou os resultados finais oficiais, indicando a aprovação da Constituição com 63,68 dos votos. O Presidente, pouco depois, promulgou a Constituição e transferiu o poder legislativo – que ele tinha adquirido através do CD de 22 de Novembro de 2012 – para a Câmara Alta do Parlamento até que os membros da Câmara Caixa, que foi dissolvida em Junho de 2012, sejam eleitos no primeiro trimestre de 2013. Embora várias figuras da oposição continuaram a contestar a aprovação da Constituição, muitos manifestaram disponibilidade para participar nas eleições legislativas.

140. Tendo em conta a polarização gerada pelo processo na elaboração da Constituição, o Presidente Morsi, num pronunciamento público, no dia 26 de Dezembro de 2012, pediu mais diálogo, dizendo que as conversações com a oposição agora eram uma necessidade. A Frente de Salvação Nacional - National Salvation Frontal (NSF), que reuniu os partidos da oposição para protestar contra o CD, respondeu positivamente a esta oferta. Importa recordar que num comunicado emitido no dia 26 de Dezembro de 2012, a Presidente da Comissão apelou a todos os actores egípcios a estabelecerem um diálogo construtivo, com o necessário espírito de respeito mútuo e tolerância, para ultrapassarem as divisões que surgiram no decorrer da elaboração da Constituição e reforçarem o processo democrático no país. Em 27 de Dezembro de 2012, o recém-nomeado procurador ordenou um inquérito a três líderes proeminentes da oposição – Mohamed El-Baradei e aos antigos candidatos presidenciais Amr Mousa e Hamdeen Sabahi – sob a acusação de alegadamente incitarem o derrube do Presidente Mohammed Morsi durante os protestos contra o projecto de constituição. Três homens são todos membros National Salvation Frontal (NSF).

141. A Conferência poderá considerar oportuno sublinhar a importância de um diálogo construtivo entre os intervenientes egípcios para o êxito da organização das

eleições legislativas previstas, a fim de completar a transição anunciada após a Revolução de 2011 e fazer face aos desafios socioeconómicos que o país enfrenta. É importante que os intervenientes egípcios façam os compromissos necessários para ultrapassarem as suas diferenças e colocarem o interesse nacional acima de todas as considerações pessoais, partidários e ideológicas. Também é importante que a comunidade internacional acompanhe o Egito nos seus esforços para dar resposta eficazmente aos seus desafios socioeconómicos, por forma a ajudar a consolidar os progressos registados até agora.

o) Tunísia

142. Esforços continuaram a ser envidados para a conclusão da transição na Tunísia. A Assembleia Nacional Constituinte (NCA) prosseguiu seu trabalho na elaboração da nova Constituição, com seis comités constitucionais encarregados de elaborar os seus vários capítulos. Tendo em conta os atrasos nos seus trabalhos, foi dada mais tempo à Assembleia Nacional Constituinte (NCA) para a conclusão do seu trabalho para além do prazo inicial de 23 de Outubro de 2012. A conclusão do processo de elaboração da nova Constituição está prevista para Abril de 2013. Por causa deste atraso, as eleições gerais (presidenciais e legislativas), que marcarão o fim da transição, deverão agora ser realizadas no segundo ou terceiro trimestre de 2013. Em algumas ocasiões, registaram-se confrontos violentos em todo o país, especialmente na capital tunisina.

143. Por seu lado, o Governo iniciou um programa importante de reformas nos sectores da economia, tecnologia da informação, serviços sociais, segurança, justiça e da comunicação. Contudo, os projectos de reforma enfrentam grandes desafios por causa dos protestos recorrentes e da consequente incerteza sobre o futuro imediato do país, desencorajando assim muitos potenciais investidores estrangeiros e turistas de se deslocarem para o país.

144. A Conferência poderá considerar oportuno reiterar o seu apoio ao processo de transição em curso e exortar a todos os intervenientes tunisinos a assumirem o compromisso firme e perseverarem nos seus esforços para a conclusão bem-sucedida e oportuna da transição. Tendo em conta as marchas de protesto recorrentes, a Conferência poderá considerar oportuno apelar a todos os intervenientes tunisinos, quer a nível do governo quer na oposição, bem como a todos os cidadãos, a utilizarem apenas os meios pacíficos para expressar suas opiniões e queixas, e a estabelecerem os compromissos necessários para permitir que o país responda às expectativas criadas pelos protestos populares de Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011.

p) Líbia

145. A última sessão ordinária da Conferência da União ocorreu no contexto da realização bem-sucedida, em 7 de Julho de 2012, das eleições em todo o país para eleger um Congresso Nacional Geral (GNC). Logo após a tomada de posse, o GNC, no dia 14 de Outubro de 2012, elegeu o Sr. Ali Zidan como Primeiro-ministro. Ao aprovar a sua nomeação, o Primeiro-ministro enfatizou a criação de uma força de segurança militar unificada e nacional e a promoção da reconciliação nacional como objectivos prioritários para o Governo. Em 31 de Outubro de 2012, o GNC aprovou o

recém-eleito governo e, a 14 de Novembro de 2012, foi concluída a passagem de pastas para o novo governo. Por seu lado, a Comissão, através do seu Escritório de Ligação da UA em Trípoli e trabalhando em estreita colaboração com as Nações Unidas, bem como outros parceiros da UA no país, continua a apoiar o processo de transição.

146. Além disso, na primeira metade de Dezembro de 2012, o Primeiro-ministro Ali Zeidan efectuou uma visita aos países vizinhos da Argélia, Níger, Chade e Sudão para discutir questões relacionadas com a cooperação e a segurança regional. Em 16 de Dezembro, o GNC ordenou o encerramento temporário das fronteiras da Líbia com quatro dos seus vizinhos (Argélia, Chade, Níger e Sudão), declarando ao mesmo tempo grande extensão da parte sul do país como uma zona militar encerrada, a fim de enfrentar os desafios de segurança na região Sul do país, que enfrenta uma crescente violência e outras formas de criminalidade. Uma reunião subsequente dos primeiros-ministros da Argélia, Líbia e Tunísia permitiu a tomada de medidas para reforçar a cooperação no domínio da segurança das fronteiras entre os três países.

147. A Conferência poderá considerar oportuno reiterar o seu apoio à transição em curso na Líbia e aos esforços para enfrentar os desafios relacionados, incluindo no domínio da reforma do sector de segurança. A Conferência poderá igualmente considerar oportuno sublinhar na necessidade de haver um compromisso entre a Líbia e seus vizinhos para a solução dos desafios comuns de segurança e outros desafios relacionados. As recomendações da reunião de peritos entre a União Africana e as Nações Unidas sobre a situação no Sahel, realizada em Adis Abeba, entre 14 e 15 de Março de 2012, e aprovadas pelo CPS, em 20 de Março de 2012, em Bamaco, fornecem um quadro para o esforço de cooperação entre todos os países envolvidos para enfrentar os desafios da região.

2. Questões Temáticas

a) Reforma do Sector de Segurança

148. O processo de desenvolvimento do Quadro Político da UA sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR) foi concluído durante o período em análise. O objectivo do documento é orientar os Estados-membros a transformarem os seus sectores de segurança, a fim de torná-los mais eficazes, eficientes e abertos ao controlo democrático e às necessidades de segurança e Justiça das pessoas. O documento mereceu uma ampla consulta com os Estados-membros e com os peritos do sector dos sectores de segurança relevantes, durante 3 anos, a partir de Janeiro de 2009. Teve como destaque no processo de consulta a reunião de peritos governamentais dos Estados-membros, realizada em Maio de 2011, em Adis Abeba, que analisou e aprovou o projecto de Quadro Político da UA sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR). O processo de elaboração do documento também envolveu amplas consultas com outras partes intervenientes, incluindo as CER/MR, o Comité dos Serviços de Inteligência e Segurança de África (CISSA), a sociedade civil africana e as Nações Unidas. O documento final do Quadro Político da UA sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR) foi distribuído a todos os Estados-membros, CER e MR, em Abril de 2012.

149. A conclusão do Quadro Político da UA sobre Reforma do Sector de Segurança (SSR) é oportuna, tendo em conta os numerosos conflitos que a União Africana actualmente enfrenta, entre os quais envolve o sector de segurança, como os da República Centro Africana, Mali, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo e muitos outros. Embora se reconheça o importante papel da UA, Nações Unidas e outros intervenientes internacionais na Reforma do Sector de Segurança (SSR), o quadro político da UA sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR) salienta processos de apropriação nacional da Reforma do Sector de Segurança (SSR), sendo as decisões e a liderança na implementação das actividades nacionais da Reforma do Sector de Segurança (SSR) lideradas pelos Estados-membros, com base na sua avaliação das necessidades de segurança e desenvolvimento do país. Instrumentos adicionais, a nível nacional e continental, podem ser desenvolvidos para promover e consolidar os processos de Reformas do Sector de Segurança (SSR).

150. O Quadro Político da UA sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR) destaca alguns princípios fundamentais africanos para a Reforma do Sector de Segurança (SSR), como a solidariedade africana, a apropriação nacional, as melhores práticas para igualdade de género e o reconhecimento das instituições tradicionais de segurança no sector da segurança como grandes princípios. Também ressalta a importância do cumprimento dos princípios internacionais sobre a gestão do sector de segurança, tais como o controlo e supervisão democrático, transparência, inclusão, responsabilização, comunicação eficaz e respeito pelos direitos humanos.

151. Entre outros aspectos, o Quadro Político da UA sobre a RSS, especificamente proíbe actividades subversivas em nome da RSS, incluindo o uso da RSS para programas de mudança de regime e quaisquer outras actividades que possam comprometer a soberania de um Estado-membro. Também fornece orientações sobre os papéis que a União Africana, as CER, os Estados-membros e as Organizações da Sociedade Civil podem desempenhar nos processos de reforma nacionais e estabelece parâmetros para a coordenação de assistência externa pelos parceiros para as actividades de Reforma do Sector de Segurança (SSR) dos Estados-membros.

152. A UA já começou a responder aos apelos dos Estados-membros para a assistência sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR). A partir de Junho de 2012, a UA tem estado a apoiar a República do Sudão do Sul no desenvolvimento da Política de Segurança Nacional do país, mediante um pedido formulado pelo Estado-membro. Espera-se que a UA responda a muito mais pedidos de assistência sobre a RSS pelos Estados-membros em 2013 e não só, e a UA irá utilizar os princípios expostos no Quadro Político sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR) para orientação.

b) Implementação da resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

153. A crescente ameaça do terrorismo e do crime organizado transnacional, a proliferação de produtos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares e materiais para actores não estatais, incluindo grupos criminosos e terroristas, tornou-se uma

questão de profunda preocupação da comunidade internacional. Estas preocupações foram acentuadas por vários incidentes de roubo ou perda, bem como pelo surgimento de redes de tráfico. Foi neste contexto que, em 28 de Abril de 2004, o Conselho de segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Resolução 1540 (2004). A resolução impõe obrigações vinculativas em todos os Estados para evitar a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de entrega, aos actores não estatais, incluindo através da criação de legislações adequadas e controlos internos sobre os materiais relacionados. Posteriormente, o Conselho de segurança aprovou a resolução 1977 (2011), que sublinha a necessidade do reforço do papel das organizações regionais.

154. Apesar do compromisso de África à Resolução 1540, persistem os desafios na sua plena e boa implementação, devido aos recursos limitados e às prioridades de desenvolvimento concorrentes. Em resposta a isso, a República da África do Sul, Presidente do Comité instituído nos termos da Resolução 1540, em colaboração com a UA e com o apoio do Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento (GNUAD), organizou, de 21 a 22 de Novembro de 2012, em Pretória, um workshop sobre a aplicação da Resolução 1540 aos Estados africanos. O workshop contribuiu para a compreensão das sinergias disponíveis aos Estados africanos para promover os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico, ao desenvolver as capacidades nacionais para a implementação da Resolução 1540. O workshop solicitou à UA a empreender esforços necessários, em colaboração com as CER, o Comité da 1540 e as organizações internacionais competentes, para promover e melhorar a implementação da resolução 1540 (2004) em África.

155. A Conferência poderá considerar oportuno realçar o compromisso de África na implementação da Resolução 1540 e apelar à comunidade internacional a prestar a assistência necessária, tanto financeira como em termos de reforço de capacidades. O Conferência poderá igualmente considerar oportuno saudar a realização do workshop de Pretoria e encorajar a Comissão que trabalha com o Comité 1540 e outras partes intervenientes, a acompanhar activamente as recomendações que foram feitas.

c) Terrorismo e extremismo violento

156. Durante o período em análise, o continente testemunhou um aumento nos actos de terrorismo e do extremismo violento, perpetrados por grupos terroristas organizados, mas também por indivíduos que operam de forma independente, que lamentavelmente se subscrevem ao discurso da intolerância, ódio e violência. Estes actos ocorreram principalmente na região oriental, ocidental e do norte do continente, incluindo na região do Sahel. A agressão terrorista contra as instalações de processamento de gás na Argélia, em Amenas, demonstra a gravidade crescente deste fenómeno criminoso transfronteiriço e as suas várias manifestações, uma vez que envolvia um grande grupo de terroristas fortemente armados de várias nacionalidades diferentes, incluindo não-africanos, protagonizando a tomada de reféns em massa de argelinos e trabalhadores estrangeiros em centenas. A operação de resgate realizada pelas forças armadas argelinas ajudou a salvar centenas de vidas humanas e limitou o âmbito de danos às instalações.

157. A situação exige esforços renovados e acrescidos dos Estados-membros, trabalhando em conjunto com as Nações Unidas e outros parceiros internacionais, no quadro dos regimes regionais e internacionais existentes de luta contra o terrorismo. Embora com diferentes histórias, ideologias e agendas, os grupos extremistas e terroristas organizados continuam a operar da mesma forma, explorando as vulnerabilidades de segurança existentes e a má governação, bem como a marginalização e a privação socioeconómica. Além disso, esses grupos também exploram as reivindicações socioeconómicas de longa data e o delicado equilíbrio comunitário, que inflamam as tensões sociais e religiosas, com graves consequências para a estabilidade do Estado.

158. Os actos terroristas não podem ser justificados sob quaisquer circunstâncias. Enquanto esforços são intensificados para enfrentar os desafios de segurança decorrentes do terrorismo e do extremismo violento, através do intercâmbio de informações avançadas, o policiamento permanente das fronteiras, a presença efectiva do Estado em todo território nacional e o reforço das capacidades das agências relevantes, é igualmente importante por forma a enfrentar as situações e os factores que contribuem para o desenvolvimento e a disseminação do terrorismo. Além disso, esforços especiais são necessários para o desenvolvimento de programas de luta contra a desradicalização, dado ao facto de que, nos últimos anos, grupos terroristas têm-se aproveitado das vulnerabilidades de indivíduos e grupos para mobilizá-los a apoiarem as suas agendas.

159. Os actos terroristas ceifaram muitas vidas no continente e devastaram muitas outras. As vítimas muitas vezes continuam anónimas e são tratadas apenas em termos de números. A este respeito, é fundamental que a União redobre os seus esforços para apoiar estas vítimas do terrorismo. A Comissão iniciou a adoptar medidas nesse sentido. Esses esforços devem ser mantidos e intensificados.

160. A Conferência poderá considerar oportuno reiterar a posição de longa data da UA sobre a total rejeição do terrorismo e do extremismo violento, bem como a necessidade dos Estados-membros cumprirem plenamente as suas obrigações no âmbito da UA e do quadro internacional de luta contra o terrorismo e comprometerem-se a prestar apoio financeiro e de recursos humanos necessários para este efeito. Igualmente importante é a necessidade dos Estados-membros envidarem esforços renovados para darem resposta às condições que propiciam a propagação do terrorismo. A Conferência poderá igualmente considerar oportuno manifestar apoio aos esforços que estão a ser envidados pela Comissão, através do Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre o Terrorismo (ACSRT) baseado em Argel, bem como através de outras iniciativas, tais como o programa Sahel (SAPROG), lançado no seguimento da Declaração adoptada pelo CPS, na sua reunião realizada no dia 20 de Março de 2012, em Bamaco.

d) Desafios da prevenção de conflitos em África

161. Os custos para a gestão e resolução de conflitos são elevados, seja através de custos humanos e financeiros de operações de manutenção da paz ou da assistência humanitária às populações afectadas. Os elevados custos dos esforços de reconstrução pós-conflito acrescentam a esta lista, atribuindo assim ainda mais credibilidade ao velho adágio segundo o qual “mais vale prevenir que remediar”. Ao

reconhecer que os custos humanos, financeiros e materiais de prevenção são muito menores em comparação com as consequências devastadoras da violência armada, a UA e as CER/MR têm-se esforçado nas últimas duas décadas para a adopção de normas e o desenvolvimento de políticas e instrumentos, para prevenir conflitos violentos no continente.

162. Não obstante estes desenvolvimentos, vários conflitos violentos e sérias crises políticas ainda ameaçam o continente, indicando a existência de sérios desafios para a prevenção de conflitos em África. Esses desafios estão relacionados com a persistência de algumas das causas dos conflitos no continente, bem como questões de capacidade para enfrentar, ao mesmo tempo, as numerosas crises existentes e envolver-se em acções de prevenção estrutural a longo prazo. Os desafios, portanto, podem ser classificados como (i) estruturais; (ii) institucionais; e (iii) externos.

163. Os desafios estruturais referem-se a algumas das verdadeiras causas de conflitos e outras crises políticas no continente. Estas incluem o desvio dos princípios de governação democrática e violações dos direitos humanos, distribuição desigual de recursos, má gestão de processos eleitorais, a discriminação social e política, a falta de diálogo entre os principais actores sociopolíticos em um determinado país, bem como a impunidade. Outro desafio estrutural é a falta de recursos financeiros adequados a disposição de muitos governos africanos para satisfazer algumas das necessidades socioeconómicas cruciais dos seus cidadãos. No entanto, o resultado de tais situações frustram muitos cidadãos e torna-os vulneráveis à manipulação dos senhores da guerra e de outros actores que se predispõem para ser seus salvadores, fazendo com que as medidas preventivas dificilmente tenham sucesso perante uma grande ira.

164. Os desafios institucionais incluem a falta de estruturas preventivas eficazes em muitos países africanos, a inconsistência na execução de alguns dos instrumentos de política continental, a falta de capacidade e recursos que poderiam permitir a UA de intervir oportunamente em algumas situações de crise, antes destes se agravarem e a falta de influência necessária para dissuadir indivíduos a envolverem-se em actividades que podem conduzir a conflitos. Alguns países africanos têm estruturas e instituições nacionais que desenvolvem acções de prevenção de conflitos por forma a neutralizar as crises políticas. Estas incluem conselhos de paz nacionais, provedorias de Justiça nacionais (*médiateurs de la République*), grupos religiosos (e inter-religiosos), conselhos de anciãos e sistemas nacionais de alerta prévio. No entanto, muitos outros países carecem destas estruturas e, em todos os casos, estas instituições podem não gozar de toda a autoridade moral necessária, poder jurídico ou recursos financeiros para efectivamente exercer o seu mandato.

165. A Falta de capacidade da UA constitui um desafio para prevenção dos conflitos, na medida em que este órgão continental em muitas vezes depende de apoios externos para poder implementar muitas das suas próprias recomendações políticas, uma situação que tem pelo menos duas consequências principais. Uma é que deve obedecer às decisões dos actores externos e ao reconhecimento dos mesmos em relação a pertinência e a urgência dessas recomendações. Isto significa que muitas oportunidades podem ser perdidas por falta de medidas

oportunas para fins preventivos. Uma segunda consequência é a mensagem que esta situação transmite para os actores visados pelas medidas preventivas, uma vez que esses actores frequentemente vêem as imposições da UA como ineficazes e, portanto, não são dissuadidos.

166. Para dar resposta a esses desafios, a UA está actualmente a finalizar um Quadro Estrutural de Prevenção de Conflitos do Continente. Este Quadro destina-se a servir de modelo flexível para auxiliar a Comissão da UA na integração sistemática da prevenção de conflitos no domínio da formulação de políticas, nas áreas relevantes de intervenção e nos seus vários departamentos, órgãos e programas. Além disso, visa estabelecer uma “cultura de prevenção” interna, delineando os meios e os procedimentos adequados que permitem a incorporação de uma abordagem sensível do conflito em relação as políticas da UA. Tal deve estar em estreita coordenação com as estruturas semelhantes a nível das CER/MR, no quadro da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA).

167. Esta sessão da Conferência deve reiterar firmemente o compromisso dos Estados-membros na prevenção efectiva dos conflitos no continente. A este respeito, os Estados-membros devem apoiar as políticas e normas já acordadas. A Conferência poderá igualmente considerar oportuno encorajar os Estados-membros com instituições nacionais eficazes de prevenção de conflitos a partilharem as suas experiências. Cabe realçar que, a este respeito, a Comissão poderia auxiliar os Estados-membros desejosos a estabelecerem sistemas nacionais de alerta prévio. Além disso, a operacionalização, em 2013, da Rede Pan-Africana do Painel dos Sábios (PANWISE) tem o potencial de melhorar a acção oportuna e eficaz, através de um processo da base para o topo, para detectar as causas da situação dos conflitos e colocar em marcha o *modus operandi* necessário para a solução pacífica.

VII. CONCLUSÕES

168. Durante o período em análise, embora se tenham registado algum progresso na procura da paz, graças aos esforços de África e ao apoio recebido dos parceiros da comunidade internacional, o continente continua, no entanto, a enfrentar desafios assustadores no domínio da paz e segurança. As situações no Norte do Mali e no Leste da RDC, com todas as suas consequências regionais, os desafios na RCA, Guiné-Bissau, as relações entre o Sudão e o Sudão do Sul e a Somália, os bloqueios de longa data no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia e a situação no Sahara Ocidental, bem como a complexa tarefa de consolidação da paz, onde isto foi possível, são todos os indicadores do longo caminho que África ainda tem a percorrer para alcançar o objectivo almejado de um continente livre de conflitos.

169. Neste contexto, e para além das medidas tomadas para resolver os conflitos existentes e consolidar as conquistas alcançadas, há necessidade de reforçar os esforços em curso para combater as verdadeiras causas dos conflitos de forma holística e sistemática, nomeadamente através da implementação de instrumentos existentes nas áreas de direitos humanos, Estado de direito, democracia, eleições e governação. Igualmente fundamental é a necessidade dos Estados-membros estabelecerem uma cooperação total ao CPS e à Comissão no cumprimento dos seus respectivos mandatos.

170. Finalmente, visto que o continente se prepara para celebrar o Jubileu de Ouro da OUA-UA, a questão da relação entre a UA e as CER/MR deve ser dada maior atenção, em termos conceituais e operacionais, para assegurar que a arquitectura de paz e segurança, como previsto no protocolo do CPS, funcione eficazmente e de forma integrada e harmonizada. Para este efeito, as disposições do protocolo do CPS sobre a responsabilidade primária da UA na promoção da paz, segurança e estabilidade em África devem ser rigorosamente cumpridas. Embora as CER/MR tenham um papel fundamental a desempenhar na prevenção e gestão de conflitos nas suas respectivas regiões, a importância da liderança e coerência continental não pode ser subestimada, uma vez que a força, relevância e liderança de África no domínio de paz e segurança depende da sua unidade.